

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL

PERSPECTIVAS ECONÓMICAS REGIONAIS

ÁFRICA SUBSARIANA

Uma recuperação tímida e dispendiosa

ABR
2024



FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL

PERSPETIVAS ECONÓMICAS REGIONAIS

ÁFRICA SUBSARIANA

Uma recuperação tímida e dispendiosa

**ABR
2024**



Copyright ©2024 International Monetary Fund

Cataloging-in-Publication Data
IMF Library

Edição portuguesa

Departamento de Serviços Institucionais e Instalações do FMI

Divisão de serviços linguísticos, secção portuguesa

Names: International Monetary Fund, publisher.

Title: Regional economic outlook. Sub-Saharan Africa: a tepid and pricey recovery.

Other titles: Sub-Saharan Africa : a tepid and pricey recovery. | A Tepid and pricey recovery. | Regional economic outlook: Sub-Saharan Africa.

Description: Washington, DC : International Monetary Fund, 2024. | Apr. 2024. | Includes bibliographical references.

Identifiers: ISBN 9798400267895 (English Paper)
9798400268069 (Portuguese Web PDF)

Subjects: LCSH: Africa, Sub-Saharan—Economic conditions. | Economic forecasting—Africa, Sub-Saharan. | Economic development—Africa, Sub-Saharan. | Africa, Sub-Saharan—Economic policy.

Classification: LCC HC800.R44 2024

O relatório *Perspetivas Económicas Regionais: África Subsariana* é publicado duas vezes ao ano, na primavera e no outono, e passa em revista a evolução económica da região. As projeções e considerações de política económica nele apresentadas são as do corpo técnico do FMI e não representam necessariamente os pontos de vista do FMI, do seu Conselho de Administração ou da sua Direção-Geral.

Os pedidos de publicação podem ser feitos online ou por correio:

International Monetary Fund, Publication Services

P.O. Box 92780, Washington, DC 20090, U.S.A.

T. +(1) 202.623.7430

F. +(1) 202.623.7201

publications@IMF.org

IMFbookstore.org

elibrary.IMF.org

Todas as edições de *Perspetivas Económicas Regionais: África Subsariana* podem ser consultadas em:

<https://www.imf.org/en/Publications/REO/SSA>

Índice

Agradecimentos	v
Grupos de países	vi
Pressupostos e convenções	vii
Resumo executivo	ix
Uma recuperação tímida e dispendiosa	1
Evolução recente: mercados mundiais reabrem a preço elevado	2
As perspectivas: uma recuperação há muito esperada, mas modesta	6
Políticas prioritárias para adaptar os países aos elevados custos de empréstimos num mundo propenso a choques	9
Apelo ao apoio e à solidariedade internacionais	16
Referências	18
Apêndice estatístico	19

QUADROS

África Subsariana: grupos de países	vi
África Subsariana: países membros de grupos regionais	vi
África Subsariana: abreviaturas dos países	vii

CAIXA

Caixa 1. Análise do prémio africano	4
Figura 1.1 da caixa. Côte d'Ivoire: rendibilidade até ao vencimento à data da emissão, 2014-2024	4
Figura 1.2 da caixa. Estimativas de regressões, prémio africano	4

FIGURAS

Figura 1. Diferenciais das obrigações soberanas, 2022-2024	2
Figura 2. Fluxos de financiamento externo do setor público	3
Figura 3. Variação da dívida pública e do crédito ao setor privado detidos pelos bancos	5
Figura 4. Taxas de juro ativas preferenciais reais, 2021-2024	5
Figura 5. Variação do crescimento do PIB entre 2023 e 2024	7
Figura 6. PIB real <i>per capita</i> , 2000-2025	7
Figura 7. Risco geopolítico e custos de transporte, 2016-2023	8
Figura 8. Saldo orçamental incluindo donativos, 2019-2025	10
Figura 9. Inflação mediana, dezembro de 2021 a fevereiro de 2024	12
Figura 10. Taxas de juro diretoras reais, fevereiro de 2024	12
Figura 11. Inflação real vs. meta de inflação, fevereiro de 2024	13
Figura 12. Taxas de câmbio, janeiro de 2023 a fevereiro de 2024	13
Figura 13. Capitalização do mercado bolsista, 2023	14
Figura 14. Países de baixo rendimento da África Subsariana: necessidades brutas de financiamento externo, 2020-2028	16

QUADROS ESTATÍSTICOS

AS1. Crescimento do PIB real e preços no consumidor	22
AS2. Saldo orçamental global, incl. donativos e dívida pública	23
AS3. Moeda em sentido lato e conta corrente externa, incl. donativos	24
AS4. Dívida externa, dívida oficial, por devedor e reservas	25

Agradecimentos

A edição de abril de 2024 do relatório *Perspetivas Económicas Regionais: África Subsariana* foi elaborada sob a supervisão de Wenjie Chen, Luc Eyraud e Catherine Pattillo.

O relatório *Perspetivas Económicas Regionais: África Subsariana - Uma recuperação tímida e dispendiosa* foi elaborado por Adrian Alter (chefe de equipa), Cleary Haines, Grace Li e Thibault Lemaire, sob a orientação de Wenjie Chen.

Três notas analíticas acompanham a edição de abril de 2024 do relatório:

A nota analítica intitulada “Reduzir os défices orçamentais na África Subsariana sem comprometer o desenvolvimento”, elaborada por Arthur Sode (chefe de equipa) e Jimena Montoya, sob a orientação de Antonio David.

A nota analítica intitulada “Em busca de oportunidades: Aproveitar a riqueza da África Subsariana em minerais críticos”, elaborada por Paola Ganum, Athene Laws, Hamza Mighri, Balazs Stadler, Nico Valckx (chefe de equipa) e David Zeledon, sob a orientação de Wenjie Chen.

A nota analítica intitulada “Formar a mão-de-obra do futuro: Educação, oportunidades e o dividendo demográfico da África”, elaborada por Michele Fornino (chefe de equipa), sob a orientação de Andrew Tiffin.

Charlotte Vazquez foi responsável pela produção do relatório.

A edição final e produção foram supervisionadas por Cheryl Toksoz, do Departamento de Comunicação.

Grupos de países

África Subsariana: grupos de países

Países exportadores de petróleo	Outros países ricos em recursos naturais	Países pobres em recursos naturais	Países de rendimento médio	Países de baixo rendimento	Países frágeis e afetados por conflitos ¹
Angola	África do Sul	Benim	África do Sul	Burkina Faso	Burkina Faso
Camarões	Botsuana	Burundi	Angola	Burundi	Burundi
Chade	Burkina Faso	Cabo Verde	Benim	Chade	Camarões
Gabão	Eritreia	Comores	Botsuana	Eritreia	Chade
Guiné Equatorial	Gana	Côte d'Ivoire	Cabo Verde	Etiópia	Comores
Nigéria	Guiné	Essuatíni	Camarões	Gâmbia	Eritreia
Rep. do Congo	Libéria	Etiópia	Comores	Guiné	Etiópia
Sudão do Sul	Mali	Gâmbia	Côte d'Ivoire	Guiné-Bissau	Guiné-Bissau
	Namíbia	Guiné-Bissau	Essuatíni	Libéria	Mali
	Níger	Lesoto	Gabão	Madagáscar	Moçambique
	Rep. Centro-Africana	Madagáscar	Gana	Maláui	Níger
	Rep. Dem. do Congo	Maláui	Guiné Equatorial	Mali	Nigéria
	Serra Leoa	Maurícia	Lesoto	Moçambique	Rep. Centro-Africana
	Tanzânia	Moçambique	Maurícia	Níger	Rep. Dem do Congo
	Zâmbia	Quénia	Namíbia	Rep. Centro-Africana	Rep. do Congo
	Zimbabué	Ruanda	Nigéria	Rep. Dem. do Congo	São Tomé e Príncipe
		São Tomé e Príncipe	Quénia	Ruanda	Sudão do Sul
		Seicheles	Rep. do Congo	Serra Leoa	Zimbabué
		Senegal	São Tomé e Príncipe	Sudão do Sul	
		Togo	Seicheles	Tanzânia	
		Uganda	Senegal	Togo	
			Uganda	Zimbabué	
			Zâmbia		

¹ Países frágeis e afetados por conflitos com base na classificação do Banco Mundial, *Classification of Fragile and Conflict-Affected Situations, FY2024*.

África Subsariana: países membros de grupos regionais

União Económica e Monetária da África Ocidental (UEMOA)	Comunidade Económica e Monetária da África Central (CEMAC)	Mercado Comum para a África Oriental e Austral (COMESA)	Comunidade da África Oriental (*CAO-5)	Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC)	União Aduaneira da África Austral (SACU)	Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental ¹ (CEDEAO)
Benim	Camarões	Burundi	*Burundi	África do Sul	África do Sul	Benim
Burkina Faso	Chade	Comores	Rep. Dem. do Congo	Angola	Botsuana	Burkina Faso
Côte d'Ivoire	Gabão	Eritreia	*Quénia	Botsuana	Essuatíni	Cabo Verde
Guiné-Bissau	Guiné Equatorial	Essuatíni	*Ruanda	Comores	Lesoto	Côte d'Ivoire
Mali	República	Etiópia	*Somália	Essuatíni	Namíbia	Gâmbia
Níger	Centro-Africana	Madagáscar	Sudão do Sul	Lesoto		Gana
Senegal	República do Congo	Maláui	*Tanzânia	Madagáscar		Guiné
Togo		Maurícia	*Uganda	Maláui		Guiné-Bissau
		Quénia		Maurícia		Libéria
		Rep. Dem. do Congo		Moçambique		Mali
		Ruanda		Namíbia		Níger
		Seicheles		Rep. Dem. do Congo		Nigéria
		Uganda		do Congo		Senegal
		Zâmbia		Seicheles		Serra Leoa
		Zimbabué		Tanzânia		Togo
				Zâmbia		
				Zimbabué		

¹ O Burkina Faso, o Mali e o Níger anunciaram a sua retirada da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) a 28 de janeiro de 2024.

Pressupostos e convenções

As seguintes convenções foram utilizadas nesta publicação:

Nos quadros, a elipse (. . .) indica “dados não disponíveis” e 0 ou 0,0 indicam “zero” ou “negligenciável”. Pequenas discrepâncias entre os totais e a soma das suas componentes devem-se a arredondamentos.

O sinal (-) entre anos ou meses (por exemplo, 2011-2012 ou janeiro-junho) indica o período coberto, do primeiro ao último ano ou mês; o sinal (/) entre anos ou meses (por exemplo, 2011/2012) indica um exercício orçamental ou financeiro, assim como a abreviatura EF (por exemplo, EF 2012).

“Ponto base” significa um centésimo de 1 ponto percentual (por exemplo, 25 pontos base são equivalentes a quarto de 1 ponto percentual).

Nesta publicação, o termo “país” não se refere necessariamente a uma entidade territorial que constitui um Estado, tal como definido pelo direito e práticas internacionais. O termo também pode ser utilizado para algumas entidades territoriais que não são Estados, mas cujas estatísticas são compiladas separadamente e de forma independente.

As fronteiras, cores, denominações e outras informações apresentadas no mapa não implicam a expressão de qualquer opinião por parte do Fundo Monetário Internacional sobre a situação jurídica de qualquer território ou o endosso ou aceitação de tais fronteiras.

África Subsariana: abreviaturas dos países

AGO	Angola	ERI	Eritreia	MLI	Mali	STP	São Tomé e Príncipe
BDI	Burundi	ETH	Etiópia	MOZ	Moçambique	SWZ	Essuatíni
BEN	Benim	GAB	Gabão	MUS	Maurícia	SYC	Seicheles
BFA	Burkina Faso	GHA	Gana	MWI	Maláui	TCD	Chade
BWA	Botsuana	GIN	Guiné	NAM	Namíbia	TGO	Togo
CAF	República Centro-Africana	GMB	Gâmbia	NER	Níger	TZA	Tanzânia
CIV	Côte d'Ivoire	GNB	Guiné-Bissau	NGA	Nigéria	UGA	Uganda
CMR	Camarões	GNQ	Guiné Equatorial	RWA	Ruanda	ZAF	África do Sul
COD	República Democrática do Congo	KEN	Quênia	SEN	Senegal	ZMB	Zâmbia
COG	República do Congo	LBR	Libéria	SLE	Serra Leoa	ZWE	Zimbabué
COM	Comores	LSO	Lesoto	SSD	Sudão do Sul		
CPV	Cabo Verde	MDG	Madagáscar				

Resumo executivo

Após quatro anos turbulentos, a África Subsariana parece estar finalmente a recuperar. Em resultado da flexibilização das condições financeiras mundiais, o Benim, a Côte d'Ivoire e o Quênia emitiram Eurobonds no início deste ano, terminando assim com uma ausência de dois anos da região nos mercados internacionais de capitais. Os rácios da dívida pública, de uma forma geral, estabilizaram e existem sinais preliminares de que certos fluxos de capitais estão a regressar à região.

As perspetivas para a região estão gradualmente a melhorar, verificando-se um crescimento modesto da atividade económica. O crescimento passará de 3,4%, em 2023, para 3,8%, em 2024, com cerca de dois terços dos países a antecipar um crescimento mais rápido. É esperado que a recuperação económica se mantenha para além deste ano, prevendo-se um crescimento em torno de 4% para 2025. Paralelamente, a inflação mediana foi praticamente reduzida para metade, passando de cerca de 10%, em novembro de 2022, para cerca de 6% em fevereiro de 2024.

No entanto, há algumas nuvens no horizonte e a contração do financiamento mantém-se. Os governos da região continuam a braços com a escassez de financiamento, elevados custos de empréstimo e riscos de refinanciamento num contexto marcado pela persistência de uma fraca mobilização de recursos internos. Avizinham-se reembolsos da dívida avultados este ano e no próximo. Os desafios de financiamento estão a obrigar os países a reduzir as despesas públicas essenciais e a redirecionar os fundos de desenvolvimento para o serviço da dívida, pondo assim em risco as perspetivas de crescimento para as gerações futuras.

Esta contração do financiamento reflete, em parte, uma redução das fontes de financiamento tradicionais da região, especialmente a ajuda pública ao desenvolvimento. Estima-se que, nos próximos quatro anos, as necessidades brutas de financiamento externo dos países de baixo rendimento na África Subsariana ultrapassem os 70 mil milhões de dólares dos EUA (6% do PIB) por ano. À medida que as fontes de financiamento concessional se tornam cada vez mais escassas, os governos procuram opções de financiamento alternativas, que se caracterizam frequentemente por encargos mais elevados, menor transparência e prazos de vencimento mais curtos.

O custo do financiamento, tanto interno como externo, aumentou e, para muitos países, mantém-se elevado. Em 2023, os pagamentos de juros pelos governos ascenderam a 12% das suas receitas (excluindo donativos) no país mediano da África Subsariana, o que representa mais do dobro de há uma década. O setor privado também começou a sentir o aperto do aumento das taxas de juro.

Os riscos para as perspetivas da África Subsariana parecem exibir uma tendência negativa. A região continua a ser mais vulnerável aos choques mundiais, sobretudo aos decorrentes do abrandamento da procura externa e de riscos geopolíticos elevados. Além do mais, os países da África Subsariana têm de lidar com instabilidade política e choques climáticos frequentes. A região enfrenta um ano crítico com 18 eleições nacionais previstas para 2024. Na mesma medida, os choques climáticos são cada vez mais frequentes e generalizados, e incluem secas de uma gravidade sem precedentes.

Face ao contexto atual de limitações de financiamento e choques em cascata, a comunidade internacional terá de desempenhar um papel mais ativo na assistência à região. Além disso, três prioridades ao nível de políticas podem ajudar os países a responder a estes desafios:

- Melhorar as finanças públicas através da mobilização de receitas continua a ser a primeira linha de defesa, num contexto mundial de aumento dos custos de empréstimo e diminuição das opções de financiamento. Mas devem ser tomadas as devidas providências para limitar ao máximo os impactos da consolidação orçamental na vida das populações e nos seus meios de subsistência. No que diz respeito ao financiamento, continua a haver uma necessidade premente de empréstimos em condições concessionais.

- **A política monetária deve continuar focada em assegurar a estabilidade de preços.** À medida que a inflação desacelera, mais países terão margem para reduzir as taxas de juro. Uma maior coordenação das políticas orçamental, monetária e cambial revela-se fundamental.
- **A implementação de reformas estruturais**, como a agilização da integração comercial e melhoria do ambiente de negócios, para atrair mais investimento direto estrangeiro, pode contribuir para diversificar as fontes de financiamento e a economia. Os países da África Subsariana necessitarão de contar com mais apoio da comunidade internacional, nomeadamente dos bancos multilaterais e regionais de desenvolvimento, os quais poderiam explorar novas oportunidades para alavancar os seus balanços de modo a promover um futuro mais inclusivo, sustentável e próspero.

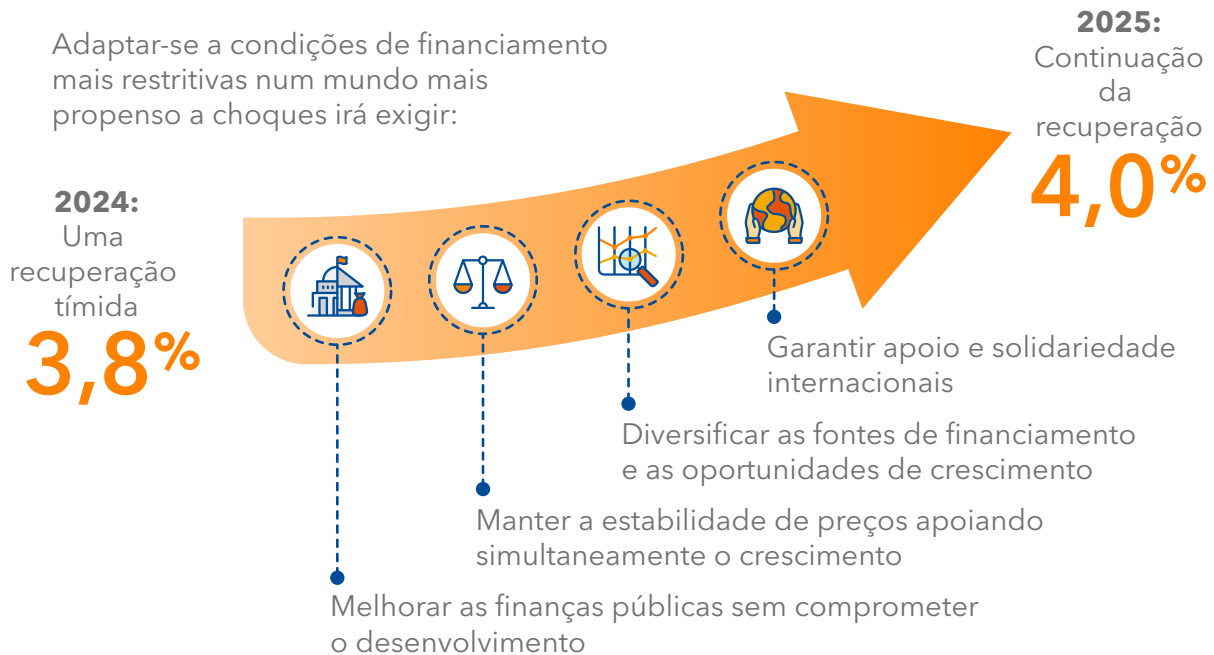
Notas analíticas das Perspetivas Económicas Regionais. Estas notas abordam: 1) estratégias que sustentem a necessidade de consolidação orçamental, com um impacto negativo mínimo nas condições socioeconómicas ("[Reduzir os défices orçamentais na África Subsariana sem comprometer o desenvolvimento](#)"); 2) formas de tirar partido dos abundantes recursos minerais críticos da região ("[Em busca de oportunidades: Aproveitar a riqueza da África Subsariana em minerais críticos](#)"); e 3) a importância de intensificar o investimento na educação ("[Formar a mão-de-obra do futuro: Educação, oportunidades e o dividendo demográfico da África](#)").

Uma recuperação tímida e dispendiosa

Após quatro anos turbulentos, as perspectivas para a África Subsariana estão gradualmente a melhorar. O crescimento passará de 3,4%, em 2023, para 3,8%, em 2024, com cerca de dois terços dos países a antecipar um crescimento mais rápido. Espera-se que a recuperação económica se mantenha para além deste ano, prevendo-se um crescimento em torno de 4% para 2025. Além disso, a inflação diminuiu quase para metade, os rácios da dívida pública, de modo geral, estabilizaram e vários países emitiram Eurobonds este ano, pondo termo a um período de quase dois anos durante o qual a região não teve acesso aos mercados internacionais de capitais. Contudo, nem todas as circunstâncias são favoráveis. A contração do financiamento continua a afetar os governos da região que se debatem com a escassez de financiamento, elevados custos de empréstimos e reembolsos iminentes da dívida. Os riscos para as perspectivas da África Subsariana parecem exibir uma tendência negativa. A região continua a ser mais vulnerável a choques externos, bem como à ameaça crescente de instabilidade política e a fenómenos climáticos frequentes. Para se adaptarem melhor a estes desafios, os países devem procurar priorizar as três seguintes políticas: melhorar as finanças públicas sem comprometer o desenvolvimento; aplicar uma política monetária que garanta a estabilidade de preços; e conduzir reformas estruturais para diversificar as fontes de financiamento e as economias. Face a estes desafios, os países da África Subsariana precisarão de mais apoio da comunidade internacional para construir um futuro mais inclusivo, sustentável e próspero.

Uma recuperação lenta

A região recuperou, mas os governos continuam a braços com a escassez de financiamento, elevados custos de empréstimos e riscos de refinanciamento.



Evolução recente: mercados mundiais reabrem a preço elevado

Após quatro anos turbulentos, a África Subsariana parece estar a recuperar...

Por fim, a luz no horizonte da economia da África Subsariana parece estar um pouco mais brilhante. O afastamento da região dos mercados internacionais de capitais, que durou quase dois anos, terminou com a emissão bem-sucedida de uma Eurobond pela Côte d'Ivoire, em janeiro de 2024. O Benim e o Quênia seguiram-se logo depois, aproveitando o renovado apetite mundial por dívida africana. Este ressurgimento é acentuado ainda mais **pela redução dos diferenciais das obrigações soberanas**, na sequência da flexibilização das condições financeiras mundiais (figura 1).

De forma semelhante, a região registou uma melhoria continuada **dos desequilíbrios macroeconómicos**, um sinal de otimismo que destacámos na edição de outubro de 2023 do relatório *Perspetivas Económicas Regionais: África Subsariana – Uma luz no horizonte?*. Em especial, a inflação abrandou significativamente: a taxa mediana da inflação global caiu de um pico de quase 10% em novembro de 2022 para cerca de 6% em fevereiro de 2024, o que reflete, em parte, os efeitos da política monetária mais restritiva em vários países. Relativamente à situação orçamental, as autoridades prosseguiram os esforços de consolidação e o défice orçamental mediano desceu para 4% do PIB em 2023, o valor mais baixo desde o início da pandemia. Consequentemente, **os rácios da dívida pública estabilizaram**, em grande medida, em cerca de 60% do PIB em 2023, estando previsto que baixem este ano.

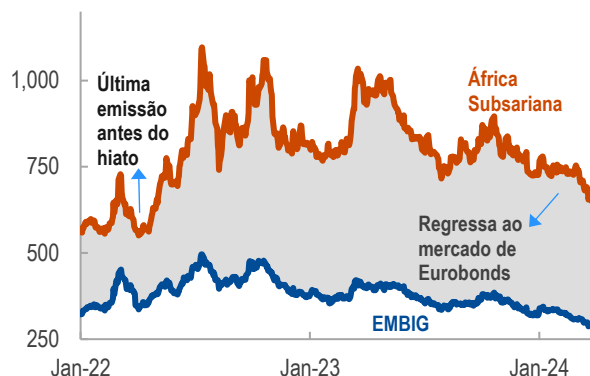
Existem também sinais preliminares de que **certos fluxos de capitais estão a regressar** à região. Após registar durante vários anos um fraco volume de fluxos de entrada, o investimento direto estrangeiro (IDE) na região aumentou para 2% do PIB em 2023, o que indica uma continuação da recuperação pós-pandémica. Mais promissor ainda é o aumento do número de projetos de IDE anunciados na África Subsariana, que aumentou cerca de 10% em 2023, em relação ao ano anterior.

... mas os governos da região continuam a braços com uma escassez de financiamento, elevados custos de empréstimo e riscos de refinanciamento...

Infelizmente, há algumas nuvens no horizonte. A região continua a enfrentar **uma severa contração do financiamento**, situação que tem vindo a ser assinalada em relatórios anteriores. As obrigações de serviço da dívida continuam a aumentar. Os dados preliminares do ano passado indicam uma diminuição das fontes de financiamento externo para o setor público, juntamente com um aumento do serviço da dívida externa, resultando nos mais fracos fluxos externos líquidos registados pelos governos da região desde a crise financeira mundial (figura 2). Em 2023, os pagamentos de juros pelos governos ascenderam a 12% das suas receitas (excluindo donativos) no país mediano da África Subsariana, o que representa mais do dobro de há uma década. **Este ano e no próximo avizinham-se pagamentos avultados dos juros da dívida externa**, incluindo 5,9 mil milhões de dólares dos EUA em Eurobonds em 2024, o que aumentará para 6,2 mil milhões em 2025, para além de avultados reembolsos de empréstimos bancários (sindicados e bilaterais) ao longo dos próximos dois anos.

Figura 1. Diferenciais das obrigações soberanas, 2022-2024

(Pontos base, média simples)



Fontes: Bloomberg Finance, L.P.; e cálculos do corpo técnico do FMI.

Nota: a África Subsariana inclui: África do Sul, Angola, Côte d'Ivoire, Gabão, Gana, Quênia, Moçambique, Namíbia, Nigéria e Senegal. EMBIG = índice mundial das obrigações dos mercados emergentes. Dados disponíveis até 29 de março de 2024.

Esta contração do financiamento reflete, em parte, uma redução das fontes de financiamento tradicionais da região, especialmente a ajuda pública ao desenvolvimento (que presta um apoio fulcral à maioria dos países da região), a qual tem baixado constantemente enquanto percentagem do PIB ao longo dos últimos 15 anos. Esta redução é agravada pelo redirecionamento da ajuda para os conflitos na Faixa de Gaza e na Ucrânia. Além disso, os empréstimos bilaterais oficiais da China estão também significativamente abaixo do seu valor mais elevado de 2016. À medida que as fontes de financiamento tradicionais têm decaído, os governos têm procurado fontes alternativas. A maior integração nos mercados internacionais de dívida e o aprofundamento dos mercados financeiros locais facilitaram a contratação de mais dívida comercial, tanto a nível interno como externo, em condições não concessionais. Este progresso significativo do mercado financeiro proporcionou um acesso útil a serviços financeiros, mas estes têm muitas vezes custos elevados. No caso de empréstimos sindicados e bilaterais concedidos por bancos comerciais internacionais, estes estão muitas vezes associados a prazos de reembolso mais curtos, encargos mais elevados, menor transparência e, nalguns casos, à prestação de garantias, o que aumenta os futuros encargos orçamentais e, potencialmente, agrava os riscos orçamentais.

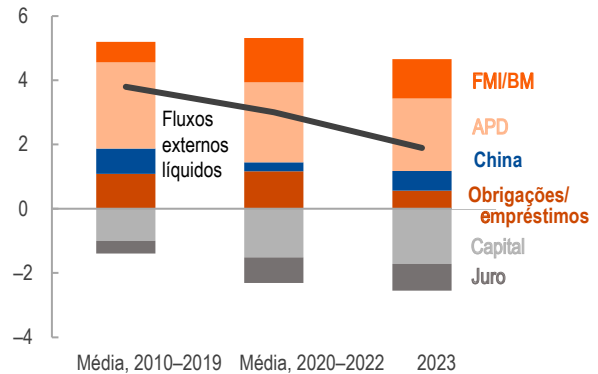
Até para os países que voltaram a aceder aos mercados internacionais, os custos de financiamento continuam elevados. Em finais de março, a taxa média de rendibilidade proporcionada pelas Eurobonds da região para os países que não estão em situação de sobre-endividamento estava cerca de 11%, um valor significativamente superior à média anterior à pandemia de 7,3%, levando a que este instrumento permaneça incomportável para muitos. O Quênia, por exemplo, emitiu uma obrigação com uma taxa de rendibilidade ao vencimento de 10,4%, muito acima da taxa de rendibilidade de 6,9% da obrigação que vence este ano. Tal permitiu ao país regularizar a maior parte da sua dívida imediata e adiar os reembolsos sete anos. De forma semelhante, a Côte d'Ivoire deparou-se com os custos de empréstimo mais elevados desde há uma década, com uma Eurobond denominada em dólares.¹ Geralmente, os emissores soberanos da África Subsariana têm pago rendimentos mais elevados do que os emissores com um nível de risco semelhante noutras regiões, embora o chamado "prémio africano" pareça ser relativamente pequeno. Além disso, esse prémio praticamente desaparece quando comparamos empresas públicas da África Subsariana com empresas e emissores semelhantes de outras regiões (ver caixa 1).

... e o setor privado também está a sentir o aperto.

Nos últimos anos, os bancos locais têm mostrado uma maior preferência pela concessão de empréstimos ao setor público do que ao setor privado. Antes da pandemia, a exposição dos bancos ao setor privado aumentava muito mais rapidamente do que a sua exposição ao Estado, o que evidencia os progressos da região em termos de desenvolvimento financeiro. Por contraste, após a pandemia, o crédito do setor privado enquanto

Figura 2. Fluxos de financiamento externo do setor público

(Em percentagem do PIB)



Fontes: Dealogic; FMI, base de dados do *World Economic Outlook*; Banco Mundial, base de dados *International Debt Statistics*; e cálculos do corpo técnico do FMI.

Nota: a figura não inclui a África do Sul devido à falta de dados. No entanto, segundo estimativas preliminares, a inclusão do país na amostra não alteraria os resultados globais. Os dados relativos a 2023 são estimativas. As "obrigações" dizem respeito a Eurobonds emitidas antes de maio de 2022. Os "empréstimos" abrangem empréstimos bancários sindicados e bilaterais. O capital e os juros correspondem aos pagamentos da dívida pública e da dívida com garantia pública.

¹ Esta emissão de obrigações inclui duas parcelas: 1) uma Eurobond tradicional de 1,5 mil milhões de dólares a 13 anos com uma taxa de rendibilidade de 8,5%; e 2) uma obrigação ambiental, social e de governação (ESG) de 1,1 mil milhões de dólares a 9 anos com uma taxa de rendibilidade de 7,875%. Atendendo à cobertura do risco cambial dólar/euro acordado simultaneamente, as taxas de juro efetivas proporcionadas pelos instrumentos, em euros, são de 6,85% e 6,3%, respetivamente. Após a emissão da Eurobond, a Côte d'Ivoire subiu para o grau Ba2 da Moody's, indicando uma perspetiva estável.

Caixa 1. Análise do prémio africano

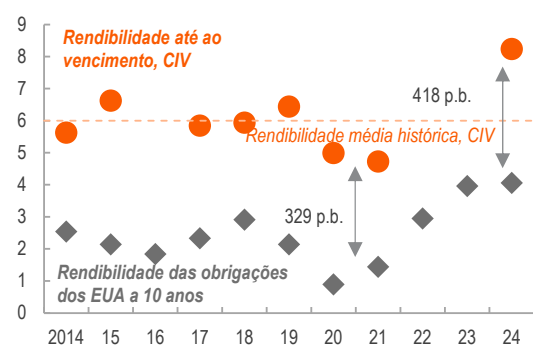
Os países da África Subsariana com acesso ao mercado sempre se confrontaram com custos de financiamento ligeiramente mais elevados do que outros países emissores semelhantes. Por exemplo, a emissão de uma Eurobond da Côte d'Ivoire, no valor de 2,6 mil milhões de dólares, em janeiro de 2024 (com um diferencial médio ponderado de cerca de 400 pontos base), foi a mais dispendiosa até à data, embora os recentes aumentos dos custos possam ser atribuídos, em grande medida, à subida das taxas de rendibilidade das obrigações dos EUA (figura 1.1). O diferencial da Côte d'Ivoire na altura da emissão era 50 pontos base superior ao preço de uma obrigação semelhante de um país em desenvolvimento fora da África Subsariana, com a mesma notação. Tal levanta a questão de saber se existirá um “prémio africano”, definido como o custo suplementar que os países africanos pagam ao contrair empréstimos junto dos mercados internacionais e que não pode ser explicado por diferenças nos fundamentos macroeconómicos.

No entanto, a análise aqui exposta conclui que o “prémio africano” é bastante modesto para as obrigações africanas e praticamente inexistente para as empresas públicas e privadas. Após se ter em conta os aspetos fundamentais específicos do emissor (representados pela notação de crédito do emissor), fatores mundiais e as características da obrigação, o prémio das emissões soberanas de Eurobonds varia entre 53 e 88 pontos base, com um ponto médio de 70 pontos base (figura 1.2). Este fosso alarga-se durante choques mundiais para 120 pontos base, o que destaca potenciais limitações em termos de procura dos investidores e liquidez. No entanto, quando se analisa as Eurobonds emitidas por empresas públicas e privadas na África Subsariana, este prémio desaparece, o que indica não existirem diferenças significativas no custo de empréstimos em relação a países equivalentes noutras regiões. Uma explicação plausível é o facto de a maioria das empresas da África Subsariana que emitem Eurobonds (em comparação com a emissão de obrigações soberanas), têm, geralmente, uma notação mais elevada, enquanto grau de investimento, o que sugere melhores padrões de governação e gestão, bem como balanços mais saudáveis.

Há que assinalar que esta caixa não aborda a questão da objetividade das notações de crédito, que são aceites na análise tal como são fornecidas.¹ O debate sobre as notações continua a ser inconclusivo, sendo a disponibilidade de dados um dos principais obstáculos. Deixando a questão das notações, [Gbohoui et al. \(2023\)](#) e [Presbitero et al. \(2016\)](#) concluíram que, no mercado secundário, as disparidades nos diferenciais das obrigações entre os países da África Subsariana e os seus semelhantes noutras partes do mundo se devem sobretudo a fundamentos económicos e políticos mais fracos, nomeadamente o risco de conflito, o historial de incumprimento e questões estruturais. Mais especificamente, os desafios relacionados com a governação, a transparência e a gestão das finanças públicas na África Subsariana constituem fatores importantes que contribuem para diferenciais mais elevados.

Figura 1.1 da caixa. Côte d'Ivoire: rendibilidade até ao vencimento à data da emissão, 2014-2024

(Em percentagem, variação anual)

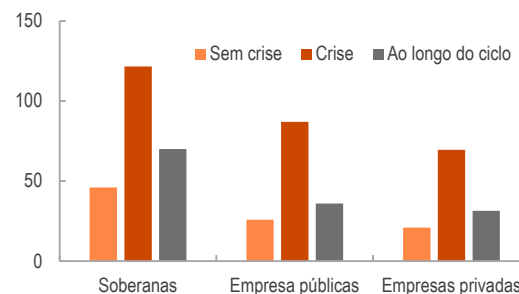


Fontes: Bloomberg Finance, L.P.; e cálculos do corpo técnico do FMI.

Nota: para os Estados Unidos, é utilizada a taxa de rendibilidade média intra-anual das obrigações soberanas a 10 anos, que serve de indicador para uma taxa sem risco de uma obrigação com um prazo de vencimento semelhante à das emissões da CIV. P.b. = pontos base, CIV = Côte d'Ivoire.

Figura 1.2 da caixa. Estimativas de regressões, prémio africano

(Pontos base)



Fontes: Dealogic; e cálculos do corpo técnico do FMI.

Nota: os coeficientes apresentados nesta figura resultam de regressões agrupadas com efeitos fixos do tempo (trimestre) e de notação, em que a variável dependente é a taxa de rendibilidade até ao vencimento de cada emissão de Eurobonds. O conjunto de países considerados para esta análise são economias de mercados emergentes e em desenvolvimento. Outros controlos incluem a dimensão e o prazo de vencimento de cada parcela e uma variável fictícia referente ao Grupo dos Vinte (G20). Foram aplicados erros padrão robustos. Os anos de crise referem-se a 2008-2009, 2015-2016 e 2020-2021. Período da amostra: 2006-2024.

Esta caixa foi elaborada por Adrian Alter.

¹ Para mais pormenores sobre este debate, consultar [Griffith-Jones e Kraemer \(2021\)](#) e [Fofack \(2021\)](#), que analisam potenciais vieses nas perceções das agências de notação de crédito no contexto da África e das economias de mercados emergentes e em desenvolvimento em geral.

percentagem dos ativos dos bancos manteve-se globalmente inalterado, ao passo que os empréstimos ao Estado registaram um aumento continuado (figura 3). Este crescente nexos bancos/Estado pode colocar riscos à estabilidade financeira em certos países (por exemplo, na Comunidade Económica e Monetária da África Central), decorrentes de problemas como o desfasamento entre prazos de vencimento, a concentração de ativos e a iliquidez.

Por conseguinte, os custos dos empréstimos contraídos pelas empresas também aumentaram. A nível nacional, em mais de metade dos países da região para os quais há dados disponíveis, a taxa de juro ativa preferencial mediana mais do que duplicou em termos reais até ao final de 2023, em relação ao valor de 2,5% que registava um ano antes (figura 4). A taxa de juro ativa preferencial é, normalmente, um indicador dos custos dos empréstimos a nível nacional cobrados às empresas de topo, pelo que as taxas cobradas às empresas mais pequenas são provavelmente ainda mais altas, o que reflete o menor acesso aos serviços financeiros, a falta de garantias fortes e os maiores riscos de incumprimento. Paralelamente, as empresas que têm acesso aos mercados internacionais contraíram mais empréstimos do estrangeiro, aumentando o seu grau de alavancagem e custos de financiamento. Por exemplo, o diferencial mediano dos empréstimos sindicados às empresas (acima do respetivo valor de referência) aumentou de 350 pontos base antes da pandemia para 580 pontos base em 2023. No futuro, um período prolongado de taxas de juro elevadas poderá afetar a qualidade do crédito às empresas, aumentando os custos dos empréstimos e prejudicando a rentabilidade das empresas e a sua capacidade de reembolsar a dívida.

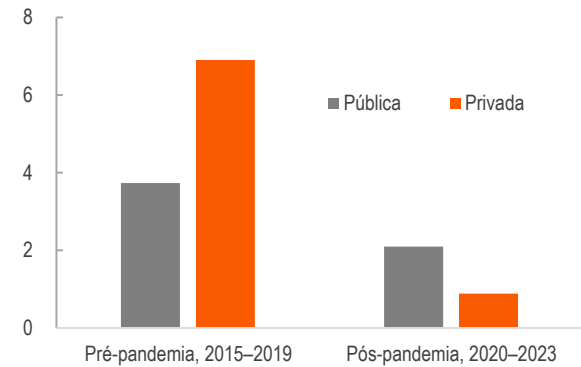
Além disso, vários países estão a enfrentar desafios como a escassez de divisas ou restrições à importação (por exemplo, Angola, Chade, Etiópia, Nigéria e Quênia), o que tem complicado as operações comerciais. Tal acontece numa altura em que as empresas da região acabaram de virar uma página e regressaram a níveis de rentabilidade iguais aos anteriores à pandemia.

A capacidade dos países para responder aos desafios atuais é limitada ainda mais pelo aumento da incerteza e dos choques.

Estes desafios de financiamento obrigaram muitos países a reduzir as despesas públicas essenciais para o desenvolvimento, incluindo os investimentos de capital, de modo a garantir o serviço da dívida. A contração da liquidez está a pôr em perigo as perspetivas de crescimento das futuras gerações da região, pois há uma grave escassez de fundos para dar resposta às amplas necessidades de desenvolvimento, intensificadas pelos efeitos devastadores da pandemia. Por exemplo, quase 3 em 10 crianças em idade escolar não frequentam o ensino básico ou secundário. Das que se matriculam no ensino básico, apenas cerca de 65% o concluem,

Figura 3. Variação da dívida pública e do crédito ao setor privado detidos pelos bancos

(Percentagem de ativos; média)

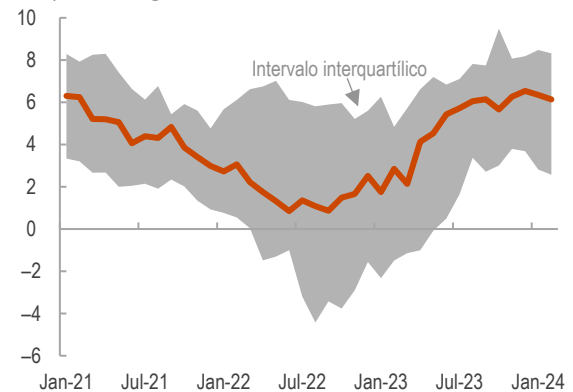


Fontes: FMI, International Financial Statistics; e cálculos do corpo técnico do FMI.

Nota: dados disponíveis até dezembro de 2023 ou últimos dados disponíveis.

Figura 4. Taxas de juro ativas preferenciais reais, 2021-2024

(Em percentagem, mediana)



Fontes: Haver Analytics; e cálculos do corpo técnico do FMI.

em comparação com a média mundial de 87% (Nota analítica “[Formar a mão-de-obra do futuro: Educação, oportunidades e o dividendo demográfico da África](#)”). Para além da saúde, da educação e das infraestruturas, a insegurança alimentar continua a ser um desafio fundamental na região. Segundo estimativas, em 2023, 140 milhões de pessoas na região, incluindo um número significativo na Nigéria e na República Democrática do Congo, se encontravam em situação de insegurança alimentar aguda, contudo as autoridades públicas carecem de capacidade para responder eficazmente a este fenómeno devido à falta de espaço orçamental.

Entretanto, a região enfrenta também uma **instabilidade política crescente e choques climáticos** que entram o crescimento, pressionam os escassos recursos e são passíveis de aumentar as tensões sociais:

- **A instabilidade política** está a intensificar os desafios da África Subsariana, abrandando o crescimento devido à maior incerteza quanto às políticas e à confiança mais baixa dos investidores. O Burkina Faso, o Mali e o Níger abandonaram a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental em janeiro de 2024, após discórdias políticas prolongadas decorrentes de golpes de Estado recentes. Esta medida agrava a incerteza e a fragmentação geoeconómica numa região que já enfrenta problemas de fragilidade, pobreza e insegurança alimentar. **A África Subsariana enfrenta um ano crítico em 2024, com 18 eleições nacionais, incluindo presidenciais**, previstas sobretudo nos países ocidentais e do sul. O adiamento das eleições presidenciais no Senegal gerou incertezas políticas acrescidas na região. De forma mais geral, verifica-se que a instabilidade política em torno das eleições não só acarreta custos macroeconómicos, mas também desencadeia processos de consolidação orçamental de longo prazo às custas do investimento público (Ebeke e Ölçer 2013). Além disso, representa um risco de reversão das políticas (Gaspar, Gupta e Mulas-Granados 2017).
- **As alterações climáticas** estão também a exacerbar as dificuldades da África Subsariana, afetando os rendimentos das culturas e a produtividade do trabalho numa região já vulnerável. O ano passado, o mais quente a nível mundial desde que há registos, atingiu fortemente a região. O Maláui e Moçambique foram atingidos por ciclones devastadores e as secas graves e prolongadas no Corno de África foram sucedidas por inundações repentinas em novembro. As inundações prolongadas no Sudão do Sul agravaram a escassez de alimentos. Certas partes do sul do continente estão a sofrer agora uma seca sem precedentes, tendo os primeiros meses de 2024 (um período crucial para o cultivo) registado os níveis de precipitação mais baixos dos últimos 40 anos. Na África central, a Bacia do Congo tem registado as piores inundações em quase seis décadas. **Estes fenómenos climáticos extremos afetam drasticamente a vida das populações e entram o desenvolvimento**, esgotando os recursos públicos e fazendo com que os mais vulneráveis sofram de forma desproporcionada.

As perspetivas: uma recuperação há muito esperada, mas modesta

Apesar de se prever uma retoma do crescimento para este ano, essa subida é modesta e a recuperação continua a ser muito desigual...

Após dois anos de crescimento lento, **as perspetivas da região, em geral, estão a melhorar ligeiramente, esperando-se um aumento do crescimento de 3,4% em 2023 para 3,8% em 2024**. Dois terços dos países da região preveem um crescimento mais rápido em comparação com 2023, com uma aceleração mediana do crescimento de 0,6 pontos percentuais. A intensificação do crescimento em 2024 varia significativamente entre grupos de países, impulsionada sobretudo pela recuperação dos países exportadores de petróleo, excluindo a Nigéria, prevendo-se que o crescimento desse grupo aumente 1,5 pontos percentuais para se situar em 3,1% (figura 5). Entretanto, nas economias diversificadas, que têm registado taxas de crescimento consistentemente elevadas, o crescimento deverá manter-se inalterado.

As taxas de crescimento para 2024 também variam muito em função do país. A projeção do crescimento da África do Sul para 2024 é de apenas 0,9%, entravado pela persistente escassez de energia e por desafios logísticos nos portos e caminhos de ferro. Projeta-se que o crescimento da Nigéria seja de 3,3% em 2024, uma ligeira melhoria em relação a 2023, apoiada pelo setor petrolífero. De notar que o Níger e o Senegal estão entre os países que

registam o maior crescimento na região (10,4% e 8,3% em 2024, respetivamente), graças à entrada em funcionamento de projetos de gás e petróleo. No cômputo geral, é provável que persista a divergência de crescimento entre os países ricos em recursos naturais e os países pobres em recursos naturais (com economias mais diversificadas). Esta tendência de longa data tornou-se particularmente evidente com o choque dos preços das matérias-primas de 2015. Em 2024, o primeiro grupo de países deverá registar um crescimento de 3,0% e o segundo grupo de 5,7%.

Em 2025, prevê-se que a África Subsariana cresça 4,0%, devendo o consumo e o investimento privados continuar a sua recuperação. No cenário de referência, prevê-se que outros mercados de fronteira, para além do Benim, da Côte d'Ivoire e do Quênia, comecem a emitir obrigações em 2025 ou posteriormente. Espera-se que esta medida ajude a atenuar a falta de financiamento e promova a recuperação económica nesses países. A médio prazo, o crescimento da região deverá estabilizar em cerca de 4,3%, prevendo-se que os países pobres em recursos naturais cresçam a um ritmo quase duas vezes superior ao dos seus homólogos ricos em recursos naturais: 6,2% em comparação com 3,5%.

... e quando se tem em conta o crescimento demográfico, a disparidade de rendimentos em relação ao resto do mundo está a aumentar.

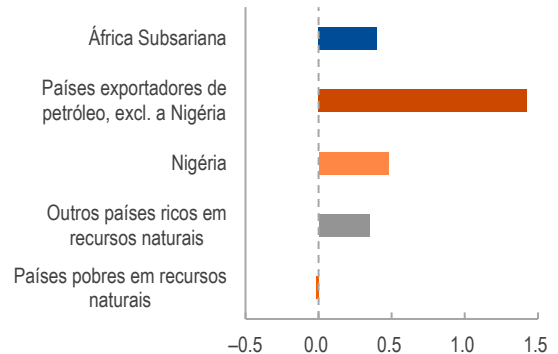
A retoma do crescimento esconde outro problema grave, nomeadamente o facto de os rendimentos *per capita* terem deixado de convergir, uma tendência alimentada pelo crescimento demográfico sem precedentes da região. De 2000 a 2024, o rendimento real *per capita* na África Subsariana aumentou quase 75%, ultrapassando o crescimento registado nas economias avançadas, de 35%. No entanto, este resultado pouco impressiona quando comparado com outras economias de mercados emergentes e em desenvolvimento (EMED) de outras regiões do mundo, onde o rendimento real *per capita* mais do que triplicou durante o mesmo período (figura 6). O que é mais preocupante é que, desde 2014, o crescimento do rendimento real *per capita* na África Subsariana sofreu um abrandamento notório, divergindo ainda mais de outras EMED.

A recuperação esperada está sujeita a consideráveis riscos e incertezas.

Importa assinalar que a aceleração do crescimento está estreitamente associada a acontecimentos a nível interno e mundial. A nível interno, as perspetivas económicas dependem da eficiência das reformas nacionais em curso. Na África do Sul, estão em curso esforços de mitigação da crise energética através da melhoria do abastecimento de eletricidade, mas avizinham-se incertezas eleitorais que podem interromper a dinâmica de reformas. A Nigéria está a desenvolver um vasto programa de reformas que visa estimular o crescimento através do setor privado, corrigindo, para isso, distorções que afetam há muito o mercado cambial, intensificando a produção de petróleo e melhorando a mobilização de receitas.

Figura 5. Variação do crescimento do PIB entre 2023 e 2024

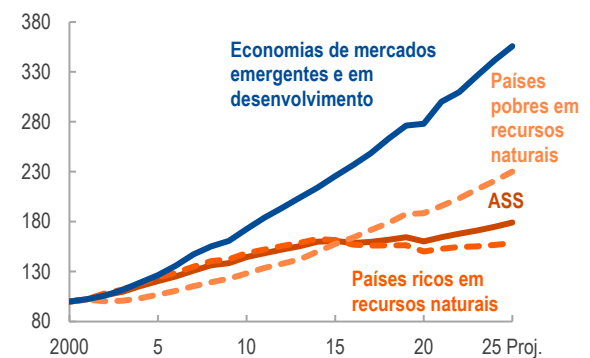
(Em pontos percentuais)



Fontes: FMI, base de dados do *World Economic Outlook*; e cálculos do corpo técnico do FMI.

Figura 6. PIB real per capita, 2000-2025

(Índice, 2000 = 100)



Fontes: FMI, base de dados do *World Economic Outlook*; e cálculos do corpo técnico do FMI.

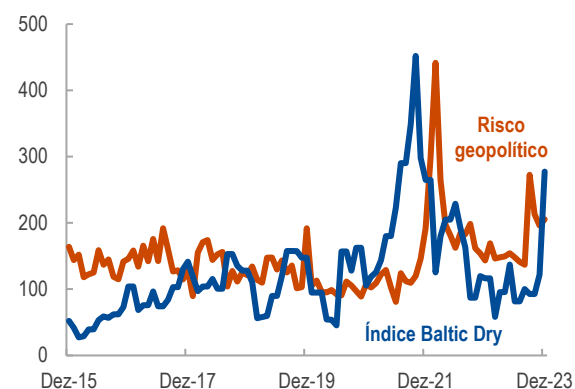
Nota: as séries mostram a evolução do PIB *per capita* em moeda nacional em termos constantes. As cifras compósitas dos grupos de países são calculadas como a média aritmética dos dados de cada país, ponderada pelo PIB avaliado pela paridade do poder de compra e expressa em percentagem do PIB total do grupo. ASS = África Subsariana.

Havendo menor probabilidade de uma aterragem forçada, à medida que os choques adversos da oferta se desvanecem, os riscos para as perspetivas mundiais estão, no geral, equilibrados. É possível que ocorram mais surpresas positivas que impulsionem o crescimento mundial, incluindo uma desinflação mais rápida e uma recuperação económica mais célere na China. No entanto, **os riscos para as perspetivas da África Subsariana parecem exibir uma tendência negativa**, sendo os seguintes choques particularmente relevantes para a região:²

- **Uma economia mundial em dificuldades.** Num cenário pessimista, em que importantes economias, como a China e a União Europeia, apresentem um desempenho abaixo do esperado, o crescimento mundial sofreria um abrandamento substancial e duradouro. **Este choque da procura externa teria repercussões notórias na África Subsariana**, afetando a região de várias maneiras, nomeadamente através de uma redução da procura de exportações, uma depreciação das taxas de câmbio, uma redução das remessas enviadas pela diáspora africana e preços de matérias-primas mais baixos. Em resultado disso, o crescimento na África Subsariana seria cerca de 1 ponto percentual mais baixo do que no cenário de referência para 2024 e 2025, sendo os países exportadores de petróleo os mais afetados. Por outro lado, se os preços das matérias-primas diminuíssem e a desinflação se materializasse mais rapidamente do que o previsto, haveria margem para implementar com celeridade uma política monetária mais flexível, abrindo caminho a uma recuperação modesta do crescimento em 2026.
- **Riscos geopolíticos elevados.** **Um agravamento do conflito no Médio Oriente ocasionaria mais perturbações das cadeias de abastecimento**, das rotas de transporte e da produção de matérias-primas, provocando uma subida dos preços das matérias-primas e dos custos de transporte (figura 7). Em comparação com o cenário de referência, os preços do petróleo e do gás seriam (em média) 15% mais elevados, tanto em 2024 como em 2025. Ao mesmo tempo, os preços dos produtos agrícolas e dos alimentos processados aumentariam. As simulações efetuadas com base em modelos sugerem que o **impacto negativo global no crescimento da África Subsariana seria relativamente reduzido**. No entanto, os países da região menos dependentes da exploração de recursos naturais enfrentariam uma desaceleração acentuada, que se traduziria numa perda de crescimento de cerca de 1,3 pontos percentuais em 2024. De notar que a inflação permaneceria elevada na região durante um período mais prolongado, com um desvio em alta das previsões de referência em cerca de 1,9 e 1,5 pontos percentuais em 2024 e 2025, respetivamente.

Figura 7. Risco geopolítico e custos de transporte, 2016-2023

(Índice, 2022 = 100)



Fontes: Caldara e Iacoviello (2022); Haver Analytics; e cálculos do corpo técnico do FMI.

Nota: Caldara e Iacoviello (2022), dados descarregados de <https://matteoiacoviello.com/gpr.htm> a 16 de fevereiro de 2024.

Além dos riscos económicos mundiais, a **África Subsariana enfrenta cada vez mais riscos específicos da região** (ver também FMI, 2024). O risco de tensões sociais e políticas aumentou significativamente devido à crescente fragmentação geopolítica, aos golpes de Estado e a uma crise do custo de vida que deixou muitas pessoas para trás, agravada pelos efeitos das alterações climáticas. A escalada das tensões sociais e as várias eleições que se avizinham suscitam preocupações quanto ao facto de os esforços de reforma poderem abrandar, prejudicando assim a dinâmica reformista. Mais especificamente, o crescimento poderá ser afetado negativamente pelos seguintes fatores:

² Os dois cenários de risco de deterioração da conjuntura económica são coerentes com os cenários de riscos mundiais apresentados no relatório do *World Economic Outlook* de abril de 2024. Para quantificar os cenários pessimistas, são apresentadas nesta secção simulações realizadas a partir de modelos baseados no AFRMOD, um dos mais poderosos modelos macroeconómicos do FMI e parte do sistema flexível de modelos mundiais desenvolvido por André et. al. (2015).

- **Riscos acrescidos para a segurança.** A região tem, atualmente, uma das maiores taxas mundiais de ataques terroristas.³ Apesar da celebração de um acordo de paz, as tensões sociais e a probabilidade de ocorrerem novos episódios de violência continuam elevadas na Etiópia. Vários outros países continuam a enfrentar problemas de segurança, incluindo o Burkina Faso, o Chade, o Mali, Moçambique, a Nigéria e a República Democrática do Congo. Além disso, o conflito no Sudão, que se tem intensificado, pode continuar a prejudicar a economia e as condições humanitárias nos países vizinhos. De acordo com os dados divulgados pelo Alto-Comissário das Nações Unidas para os Refugiados, desde o início do conflito, em abril de 2023, chegaram ao Chade, à Etiópia, à República Centro-Africana e ao Sudão do Sul quase 1,3 milhões de refugiados, requerentes de asilo e repatriados. Para além da trágica perda de vidas humanas e das perturbações na atividade económica, a violência e os conflitos exercem maior pressão sobre os orçamentos já limitados, devido, entre outras coisas, ao aumento das despesas com a segurança.
- **Riscos climáticos.** Se a seca nos países do sul de África continuar, o impacto negativo nas perspetivas económicas de 2024 poderá ser significativo em certos países, colocando sob pressão os saldos externos e a despesa pública. Além disso, esta situação poderá agravar a insegurança alimentar na África Subsariana e criar um desafio humanitário de monta, para além de ter um impacto negativo na produtividade e nas perspetivas económicas.

Políticas prioritárias para adaptar os países aos elevados custos de empréstimos num mundo propenso a choques

Embora a região esteja, finalmente, a dar alguns sinais de recuperação, muitos países enfrentam **elevados custos de empréstimos** e continuam a deparar-se com fortes restrições financeiras e vulnerabilidades relacionadas com a dívida. Estas dificuldades são agravadas por um **mundo mais propenso a choques**.⁴ A adaptação a estes desafios exige um **pacote resolutivo de reformas internas fortes e de apoio externo**. A nível interno, é necessário continuar a restringir a política orçamental, minimizando os danos causados ao desenvolvimento económico. A política monetária deve continuar focada em assegurar a estabilidade dos preços, complementando ao mesmo tempo os esforços orçamentais e estimulando o crescimento, caso a inflação esteja a abrandar. A implementação de reformas estruturais destinadas a alargar as fontes de financiamento e a diversificar a economia será essencial para que os países se adaptem a um ambiente de taxas de juro elevadas e se tornem mais resilientes. Reconhecendo que essas reformas levarão tempo a produzir resultados, é imperativo que os países **mobilizem financiamento a custos mais baixos, incluindo de parceiros internacionais**.

Política orçamental: melhorar as finanças públicas sem comprometer o desenvolvimento

Ao longo da última década, a situação orçamental de muitos países da África Subsariana deteriorou-se, uma tendência exacerbada pelos repetidos choques e pela subsequente procura de apoio orçamental, o que levou a vulnerabilidades da dívida acrescidas em toda a região. As autoridades estão agora a reagir, reconstituindo as suas reservas orçamentais e reduzindo a sua dívida, de modo a estarem mais bem posicionadas para contrair empréstimos. Certos países têm mais urgência na consolidação orçamental, devido a uma profunda escassez de financiamento causada pela subida dos custos do serviço da dívida e por um acesso limitado ao financiamento. Esta situação, combinada com depreciações da moeda, está a agravar as restrições de financiamento. Por exemplo, a Etiópia tornou-se o mais recente país da região a entrar em incumprimento por não conseguir pagar um cupão de uma Eurobond em dezembro de 2023.

³ Em 2022, cerca de 50% das mortes causadas por grupos terroristas a nível mundial ocorreram na África Subsariana ([Vision of Humanity's Global Terrorism Index 2022 report](#)).

⁴ Ver também a caixa 1.1 do *World Economic Outlook* de abril de 2024.

A maioria dos países da África Subsariana começou a consolidar as suas finanças públicas. Cerca de dois terços já começaram a melhorar os seus saldos orçamentais em 2023, esperando-se que os défices orçamentais reduzam de uma mediana de 5,2% do PIB em 2022 para 3,7% do PIB em 2024 (figura 8). Embora as abordagens à consolidação orçamental variem de país para país, cerca de 40% dos países em consolidação orçamental estão a concentrar os seus esforços na fase inicial do programa de consolidação. Por exemplo, entre os grupos de países que estão a reduzir o seu défice orçamental ao longo de um período trienal de 2022 a 2025, o país mediano efetua quase metade da consolidação total no primeiro ano, isto é, em 2023.

Em termos de composição, os esforços de consolidação orçamental em curso estão divididos de forma praticamente equilibrada: cerca de metade centra-se no aumento das receitas, enquanto a outra metade consiste na redução das despesas. Relativamente a esta última, cerca de metade dos países em consolidação, como o Botsuana, os Camarões e o Quênia, estão focados em preservar os seus rácios investimento/PIB através de cortes, reduzindo simultaneamente as despesas correntes. Os restantes tencionam reduzir as despesas de capital no valor médio de 1,4% do PIB, o que poderá abrandar o crescimento futuro.

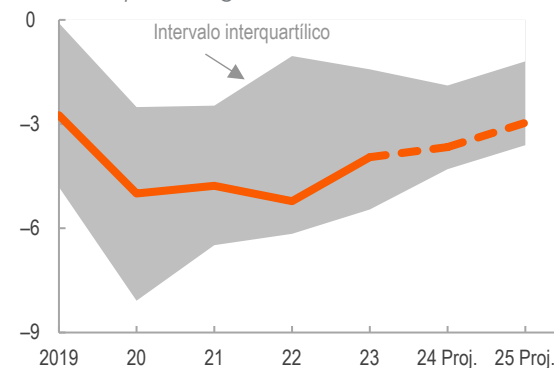
Com necessidades crescentes, opções de financiamento limitadas e custos de empréstimos a permanecer elevados, a consolidação orçamental na África Subsariana tem de ser realizada de forma a dar resposta às necessidades de cada país minimizando, ao mesmo tempo, os danos para a economia e as populações. Para tal, é necessário:

Aumentar as receitas. Para implementar a consolidação necessária, protegendo ao mesmo tempo o crescimento económico e o bem-estar social, é fundamental **concentrar-se no aumento das receitas, em vez de cortar nas despesas essenciais** (embora haja também margem para melhorar a eficiência das despesas, conforme indicado mais abaixo). Dar primazia ao aumento de impostos permite recolher mais fundos sem prejudicar investimentos em domínios fulcrais, como as infraestruturas, a saúde e a educação. A região depara-se com um hiato fiscal, definido como a diferença entre o nível de capacidade tributária e o nível de arrecadação de impostos, estimado em cerca de 5% do PIB (ver nota analítica intitulada “[Reduzir os défices orçamentais na África Subsariana sem comprometer o desenvolvimento](#)”). Esta situação sugere a existência de uma grande oportunidade para aumentar a receita através de políticas fiscais mais inteligentes e de uma melhor administração. **Simplificar o sistema fiscal, alargar a base tributária, melhorar o cumprimento das obrigações tributárias e utilizar soluções tecnológicas podem tornar a arrecadação de impostos mais eficaz.** O êxito dos registos de vendas eletrónicas na Etiópia é um bom exemplo de como a tecnologia pode ajudar. Criar uma estratégia de receitas a médio prazo, que defina as melhorias a realizar em termos de políticas e processos administrativos, pode ser uma forma de nortear as reformas, facilitando a sua implementação e aumentando a sua credibilidade. Com o apoio técnico do FMI, países como o Benim, os Camarões, a Etiópia, o Ruanda e o Togo estão a elaborar essas estratégias, ao passo que o Quênia, a Libéria, o Senegal e o Uganda já estão a executar essas estratégias. Uma vantagem adicional da subida das receitas é que melhora a capacidade creditícia e solvabilidade de um país, baixando assim os futuros custos de financiamento.

Definir o ritmo adequado da consolidação. Idealmente, as autoridades devem procurar espaçar a consolidação orçamental ao longo do tempo, evitando assim mudanças repentinas e perturbadoras. Uma trajetória de consolidação mais concentrada no final do período dará também mais tempo para implementar reformas importantes e para criar medidas que atenuem o impacto da consolidação orçamental. No entanto, **muitos países enfrentam necessidades urgentes de financiamento orçamental devido à atual escassez de fundos.** A tomada de

Figura 8. Saldo orçamental incluindo donativos, 2019-2025

(Mediana, percentagem do PIB)



Fonte: FMI, base de dados do *World Economic Outlook*.

medidas imediatas de consolidação orçamental não só é inevitável, como também permitirá reforçar a confiança nos esforços de consolidação da região. A abordagem adotada para reduzir o défice será diferente em cada país. Por exemplo, para os países ricos em recursos naturais, poderá justificar-se uma abordagem mais gradual para a consolidação orçamental, na medida em que se prevê que os preços dos combustíveis se mantenham relativamente baixos a médio prazo.

Reforçar a confiança do público. Ganhar a confiança do público é essencial para o êxito dos planos de consolidação orçamental. Isso passa por comunicar claramente sobre a importância da consolidação orçamental, os seus potenciais benefícios e os riscos incorridos caso não sejam tomadas medidas em tempo oportuno, apesar de afetarem a curto prazo certas camadas da população. Existem diversas estratégias para conquistar a confiança do público, tais como a prestação de apoios direcionados para os mais afetados, o planeamento metódico do calendário das reformas e a demonstração do compromisso do governo em gerir as finanças de forma responsável e transparente.

Enfrentar o elevado peso da dívida. A região enfrenta vulnerabilidades significativas associadas à dívida, com 19 dos 35 países de baixo rendimento na África Subsariana em situação de sobre-endividamento ou em risco elevado de sobre-endividamento no final de 2023. Para além da consolidação orçamental, alguns países podem também adotar medidas adicionais, tais como melhorar a comunicação de dados sobre a dívida, refinanciá-la (em colaboração com os credores), prolongar os prazos de vencimento dos empréstimos e espaçar os reembolsos. É essencial melhorar a gestão das finanças públicas e dos riscos, reforçar a transparência orçamental e monitorizar as empresas públicas para ajuda a conter os “ajustamentos stock-fluxo” desencadeados por certos problemas, como a acumulação de pagamentos em atraso, o incremento de despesas extraorçamentais e o aumento de garantias. No entanto, vários países da região (Chade, Etiópia, Gana e Zâmbia) estão atualmente a reestruturar a sua dívida ao abrigo do Quadro Comum para o Tratamento da Dívida do G20. A coordenação entre credores tem sido difícil, mas também tem havido alguns progressos. O Gana chegou a um acordo de princípio sobre o tratamento da dívida com os seus credores bilaterais oficiais em janeiro de 2024, em menos de metade do tempo necessário para o Chade, dois anos antes, e a moratória da dívida concedida à Etiópia no final de 2023 foi também um acontecimento positivo. Depois de chegar a um acordo com os credores oficiais em junho de 2023, as autoridades zambianas e o comité diretor que representa os detentores de Eurobonds acordaram, em março de 2024, o tratamento da dívida em conformidade com os parâmetros do programa e o princípio da comparabilidade de tratamento estabelecidos no quadro comum do G20. As medidas destinadas a continuar a melhorar este processo incluem a introdução da [Mesa-Redonda Mundial sobre a Dívida Soberana](#), criada pelo FMI, o Banco Mundial e o G20 para coordenar melhor os credores e resolver dificuldades na reestruturação da dívida.

Política monetária: manter a estabilidade de preços apoiando simultaneamente o crescimento

A inflação global na África Subsariana tem estado a descer desde que atingiu o seu pico em janeiro de 2022, mas a situação varia de país para país (figura 9). Idealmente, a política monetária deve complementar os esforços orçamentais e apoiar o crescimento. No entanto, com base nos dados mais recentes de fevereiro de 2024, cerca de um terço dos países ainda enfrentam uma inflação de dois dígitos, devida em grande parte a consideráveis depreciações da moeda (nomeadamente em Angola, Maláui, Nigéria, Zâmbia e Zimbabué). Mesmo nos países onde se verifica uma descida acentuada da inflação, foram poucos os que conseguiram reduzir as taxas de juro diretas nos últimos 12 meses (Botsuana, Gana e Moçambique). A maioria optou por continuar com uma política monetária mais restritiva ou manter taxas diretas elevadas, mesmo após a inflação descer do seu valor máximo.

Há dois fatores principais que explicam a adoção de uma política monetária cautelosa. Em primeiro lugar, a inflação subjacente mediana só recentemente se aproximou dos níveis verificados antes da pandemia. Em segundo lugar, os países da África Subsariana deram início aos seus ciclos de contração monetária mais tarde do que outras EMED, o que as colocou em posição de atraso quando muitas EMED começaram a flexibilizar as suas políticas monetárias a partir do segundo semestre de 2023. Este calendário resultou num ciclo atrasado

de condições monetárias restritivas, tendo a taxa de juro diretora mediana da região atingido o seu valor máximo cerca de 12 meses mais tarde do que outras EMED.

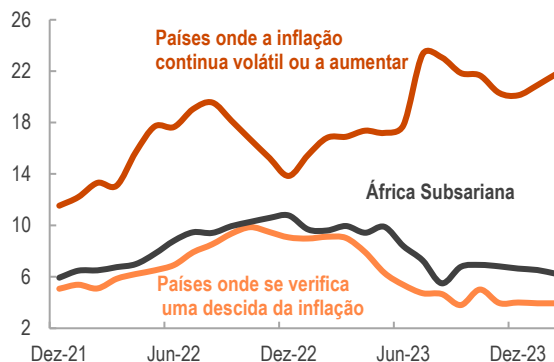
Não obstante, há cada vez mais sinais de que mais países da região poderão em breve ter mais margem para baixar as taxas de juro. Tal é demonstrado pelo facto de as taxas de juro diretoras em termos reais se tornarem cada vez mais positivas em toda a região (figura 10). Além disso, cerca de metade dos países que têm uma meta de inflação implícita ou explícita já registaram uma redução da inflação a níveis que, em fevereiro de 2024, estavam abaixo ou dentro do intervalo pretendido (figura 11).

Os decisores de políticas que se deparam com elevados custos de financiamento, repercussões da consolidação orçamental e um crescimento medíocre enfrentam a delicada tarefa de equilibrar a estabilidade de preços e amortecer os impactos negativos da consolidação orçamental, sempre que possível. Em particular:

- Cerca de metade dos países da região apresentam sinais claros de abrandamento das pressões inflacionistas, em que a inflação já se encontra abaixo ou dentro do intervalo pretendido. Os bancos centrais podem ponderar a hipótese de **assumir progressivamente uma orientação de política mais neutra**. Tal permitiria criar condições de financiamento mais acomodáticas, promover o investimento privado e mitigar o impacto da consolidação orçamental.
- Em cerca de um terço dos países, a inflação apresenta uma tendência de descida, mas supera ligeiramente a meta definida. Poderá justificar-se uma **“pausa”** na contração monetária, para que a obtenção da estabilidade de preços seja vista com confiança.
- No caso dos outros países em que a inflação continua a subir, após ter ultrapassado de forma substancial a taxa de juro diretora, os decisores de políticas **devem agir de forma decisiva ao implementar uma política monetária mais restritiva** até que a inflação esteja firmemente numa trajetória descendente e se preveja o seu regresso ao intervalo definido pelo banco central. A manutenção da estabilidade de preços deve ser o objetivo imediato e as políticas de redução da inflação podem ser acompanhadas por medidas destinadas a aliviar a crise do custo de vida. Nos casos em que o financiamento monetário é comum, é essencial pôr fim a essa prática e proceder à esterilização (por exemplo, na Etiópia). Nos casos em que a política monetária é demasiado acomodática e contribui para a inflação, os bancos centrais devem retirar o excesso de liquidez, especialmente se a transmissão da política monetária for travada (Angola, Comunidade Económica e Monetária da África Central, Nigéria).

Figura 9. Inflação mediana, dezembro de 2021 a fevereiro de 2024

(Em percentagem, em termos homólogos)

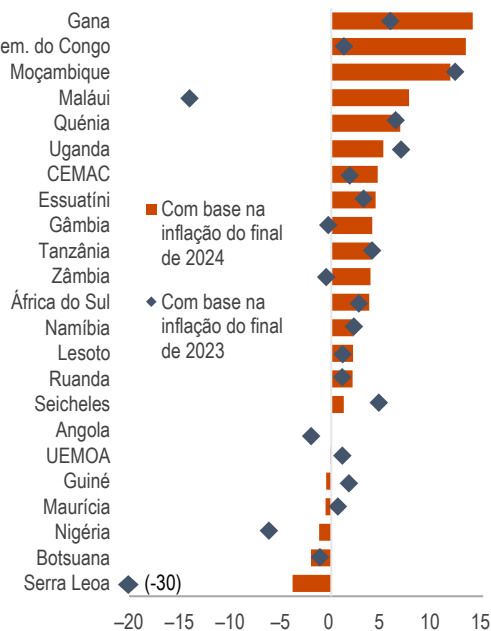


Fontes: autoridades dos países; Haver Analytics; e cálculos do corpo técnico do FMI.

Nota: os grupos de países constituídos por um conjunto fixo de países são classificados de acordo com a evolução da inflação nos últimos três meses. A inflação tem vindo a diminuir em mais de metade dos países.

Figura 10. Taxas de juro diretoras reais, fevereiro de 2024

(Em percentagem)

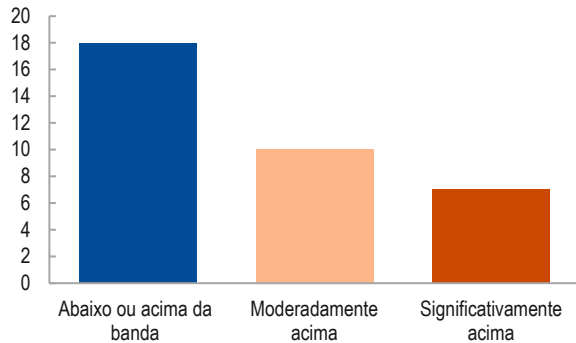


Fontes: Haver Analytics; FMI, International Financial Statistics; e cálculos do corpo técnico do FMI.

Nota: CEMAC = Comunidade Económica e Monetária da África Central; UEMOA = União Económica e Monetária da África Ocidental.

Figura 11. Inflação real vs. meta de inflação, fevereiro de 2024

(Número de países)

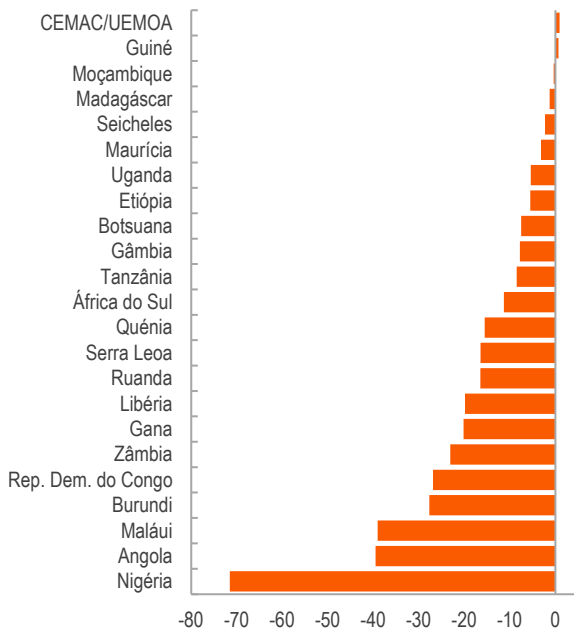


Fontes: autoridades dos países; Haver Analytics; e cálculos do corpo técnico do FMI.

Nota: os dados relativos à inflação referem-se a fevereiro de 2024 ou são os últimos dados disponíveis. Moderadamente acima = entre o limiar superior da banda e duas vezes o limiar superior. Significativamente acima = supera em duas vezes o limiar superior.

Figura 12. Taxas de câmbio, janeiro de 2023 a fevereiro de 2024

(Variação percentual vs. dólar dos EUA)



Fontes: Bloomberg Finance, L.P; e cálculos do corpo técnico do FMI.

Nota: UEMAC = Comunidade Económica e Monetária da África Central; UEMOA = União Económica e Monetária da África Ocidental.

Mais globalmente, um reforço da coordenação entre as políticas orçamental, monetária e cambial é essencial para evitar condições monetárias demasiado flexíveis, que possam voltar a provocar pressões inflacionistas. Por exemplo, a adoção de uma política monetária mais restritiva pode ser particularmente relevante quando a consolidação orçamental provoca um aumento da inflação (devido à eliminação dos subsídios à energia, por exemplo). No entanto, a subida das taxas diretoras poderia aumentar os custos de financiamento, o que contribuiria para o aumento dos pagamentos de juros por parte do setor público. Este aspeto tem de ser incluído no orçamento em vigor. Uma comunicação clara e orientada para o futuro a respeito dos objetivos da política, que, nomeadamente, divulgue detalhes sobre a calendarização das medidas de política, pode gerir eficazmente as expectativas do mercado e minimizar as incertezas.

As pressões sobre as taxas de câmbio e a escassez de divisas continuam a ser preocupações importantes para os decisores das políticas. Em 2023, a maioria das moedas da região depreciou-se face ao dólar dos Estados Unidos (Figura 12). O aumento mais lento das taxas de juro diretoras nos países da África Subsariana, em comparação com as economias avançadas, contribuiu para a depreciação das taxas de câmbio da região. Outros fatores incluem a redução das entradas de capitais, fatores adversos às exportações e a monetização dos elevados défices orçamentais num número reduzido de países.

No caso dos países com um regime cambial flexível e pressões persistentes sobre as taxas de câmbio, continua a ser necessário combinar o ajustamento das taxas de câmbio, com uma política monetária mais restritiva e medidas direcionadas para atenuar os efeitos adversos. A política implementada será condicionada pelo nível modesto de reservas externas, na medida em que cerca de 80% dos países tinham reservas inferiores a 5 meses de importações no final de 2023. Além disso, a imposição de restrições às importações e o recurso a medidas administrativas são particularmente desaconselhados, uma vez que podem provocar distorções e desencorajar a atividade económica e o investimento. No caso dos países com um regime de paridade cambial, o principal objetivo é manter um nível adequado de reservas cambiais, alinhando as taxas diretoras com a respetiva moeda-âncora para preservar a estabilidade externa.

Reformas estruturais: alargar as fontes de financiamento e diversificar as oportunidades de crescimento

As recomendações de relatórios anteriores sobre reformas estruturais continuam a ser pertinentes para impulsionar o crescimento e o desenvolvimento na África Subsariana. No entanto, num mundo mais propenso a choques e num contexto marcado por custos de empréstimos mais elevados, as prioridades estruturais apresentadas em seguida abordam especificamente esses desafios.

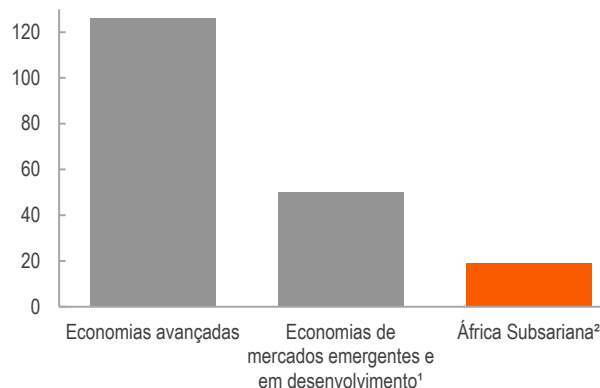
Para fazer face ao aumento dos custos de empréstimos, as autoridades devem encontrar outras fontes de financiamento mais acessíveis e estáveis, bem como melhorar a eficiência da despesa pública:

Atrair investimento direto estrangeiro. O papel do investimento direto estrangeiro (IDE) tem sido vital para o desenvolvimento de muitas economias de mercados emergentes, onde o IDE proporcionou financiamento estável, acesso a tecnologia e criação de emprego. No entanto, a África Subsariana capta apenas 3% do IDE mundial. Dados os elevados custos de financiamento, torna-se essencial dar prioridade a reformas viáveis e com boa relação custo-benefício para mobilizar mais IDE. A priorização de reformas que garantem a estabilidade macroeconómica e reduzam a incerteza política pode, desde logo, elevar a confiança dos investidores. Outras medidas eficazes para atrair IDE incluem melhorar o ambiente de negócios, assegurar condições de concorrência equitativas entre empresas públicas e privadas, reduzir a burocracia e melhorar a governação. Por exemplo, o Senegal reduziu drasticamente o tempo de criação de novas empresas, de dois meses para apenas 48 horas, simplificando os processos administrativos e reduzindo os custos das transações. Esta medida contribuiu em grande medida para tornar o país mais atrativo para os investidores, como o demonstra o aumento do fluxo líquido de IDE, de 1,6% do PIB em 2012 para 9,3% em 2022, nomeadamente no setor dos hidrocarbonetos.

Promover os mercados financeiros internos. Desenvolver mercados internos pode proporcionar uma fonte de financiamento alternativa para a região. Até ao momento, estes mercados são menos desenvolvidos, em comparação com outras regiões. À exceção da África do Sul, a capitalização média do mercado bolsista de um país é inferior a 20% do seu PIB, um valor muito inferior aos 50% registados noutras EMED, e significativamente inferior aos 126% observados nas economias avançadas (figura 13). O reforço dos mercados financeiros requer a constituição de quadros institucionais fortes, que salvaguardem os direitos de propriedade e a execução dos contratos, promovendo a concorrência bancária e reforçando as infraestruturas financeiras. Tal como quando se trata de atrair IDE, também aqui os governos precisam de assegurar a estabilidade económica, mas devem igualmente aumentar a transparência e reduzir os riscos. Por sua vez, a melhoria dos mercados financeiros internos permitiria uma utilização mais produtiva das poupanças, muitas vezes mantidas sob a forma de ativos não financeiros, ao convertê-las em capital de investimento. Uma vez que as pequenas e médias empresas (PME) constituem a maior parte do setor privado da região, a promoção da inclusão financeira através do desenvolvimento dos serviços bancários móveis, das microfinanças e da literacia financeira melhoraria o acesso destas empresas às poupanças.

Figura 13. Capitalização do mercado bolsista, 2023

(Em percentagem do PIB, média)



Fontes: FMI, base de dados do *World Economic Outlook*; Federação Mundial de Bolsas de Valores; e cálculos do corpo técnico do FMI.

Nota: a amostra inclui 79 bolsas de valores de 70 países.

¹ Excluindo a África Subsariana.

² Excluindo a África do Sul.

Melhorar a qualidade e a eficiência da despesa pública. Face a custos de empréstimos mais elevados e condições financeiras mais restritivas, **é essencial gastar cada dólar de forma inteligente, para assegurar o maior retorno possível.** No entanto, os países da África Subariana têm de colmatar uma lacuna significativa na eficiência da despesa pública, sendo que cerca de metade do valor potencial do investimento público não é realizado. Trata-se de um desempenho significativamente inferior à ineficiência de 34% registada noutros mercados emergentes em 2020.⁵ Esta situação requer uma abordagem mais estratégica na seleção dos projetos, em que se garanta a transparência dos processos de contratação e se minimizem os custos da gestão de projetos. Os investimentos devem dar prioridade a setores com elevado retorno privado e social, incluindo as infraestruturas, a educação e a saúde, em consonância com os objetivos de desenvolvimento sustentável. Além disso, o combate à corrupção pode melhorar a qualidade dos investimentos e promover a confiança do público.

Num mundo propenso a choques, diversificar as fontes de crescimento económico é vital para reduzir a volatilidade e gerar resiliência:

Acelerar a diversificação económica. Os países ricos em recursos naturais representam quase três quartos do PIB agregado da região em 2022. **Esta elevada dependência expõe os países à volatilidade dos preços mundiais das matérias-primas.** Além disso, prevê-se que os oito países exportadores de petróleo sofram uma redução significativa das suas receitas neste setor, as quais, até 2050, deverão ser apenas metade dos níveis que registavam em 2020, segundo um cenário de transição conservador (ver a nota analítica intitulada "[Gerir a incerteza dos preços do petróleo e a transição energética](#)", outubro de 2022). Para atenuar estes riscos e gerar resiliência, é essencial que estes países diversifiquem as suas economias para lá do petróleo, o que passa por uma expansão nos setores da indústria de transformação, dos serviços e da tecnologia. Para os países da região ricos em minerais críticos essenciais para a transição para uma energia limpa, a diversificação poderá implicar passar da extração e exportação de minerais em bruto para o seu processamento, aumentando desta forma o valor acrescentado, criando empregos mais qualificados e promovendo repercussões tecnológicas positivas (ver a nota analítica intitulada "[Em busca de oportunidades: Aproveitar a riqueza da África Subariana em minerais críticos](#)"). A médio prazo, é essencial encorajar políticas que apoiem a inovação, o desenvolvimento de competências e uma logística e conectividade melhoradas, a fim de operar uma transformação estrutural que torne estas economias mais competitivas e resilientes.

Integrar-se com os parceiros comerciais regionais. Ao expandir as relações comerciais para lá dos parceiros tradicionais, os países africanos podem **diversificar os destinos das exportações e as fontes de importações**, mitigando os riscos associados ao abrandamento económico que ocorra numa dada região. A Zona de Comércio Livre Continental Africana proporciona uma oportunidade importante neste aspeto, mas, para garantir o seu êxito, é vital reduzir substancialmente os obstáculos tarifários e não tarifários, facilitar o comércio e melhorar o ambiente de negócios e as infraestruturas comerciais. Até à data, a implementação deste tipo de medidas tem sido lenta e reduzida, limitada a uns poucos países e a uma série restrita de ações. Se forem implementadas na totalidade, o comércio mediano de bens poderá aumentar 53% em África e 15% com o resto do mundo (El-Ganainy *et. al.* 2023). A promoção da integração regional pode também criar um mercado mais amplo e mais interligado, tornando a região mais atrativa para investimentos.

⁵ De acordo com a análise elaborada a partir da base de dados do FMI sobre investimento público e stock de capital e a base de dados AGIP do Departamento de Finanças Públicas do FMI.

Apelo ao apoio e à solidariedade internacionais

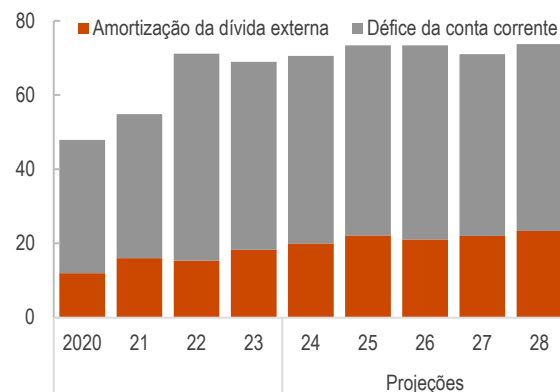
As reformas demorarão o seu tempo a produzir resultados. **Até lá, os países da África Subsariana necessitarão de apoio da comunidade internacional.** Segundo estimativas, as necessidades brutas de financiamento externo dos países de baixo rendimento da região ascenderão a cerca de 70 mil milhões de dólares por ano (6% do PIB) de 2024 a 2028 (figura 14). É crucial que os credores bilaterais e multilaterais oficiais continuem a desempenhar um papel de destaque na prestação de financiamento à região e no apoio aos esforços internos de elaboração de políticas e de reformas. No entanto, esses credores e mutuantes recebem atualmente numerosos pedidos concorrentes a nível mundial. Os debates em curso sobre **a forma de melhorar a utilização dos balanços dos bancos multilaterais e regionais de desenvolvimento poderiam contribuir para o aumento do financiamento dos países de baixo rendimento** (Holland e Pazarbasioglu 2024). Do mesmo modo, as reavaliações contínuas dos compromissos dos países por parte dos doadores e credores bilaterais oficiais (os prestadores tradicionais de ajuda pública ao desenvolvimento e os credores não pertencentes ao Clube de Paris) poderiam reforçar a **afetação de donativos e fundos concessionais, incluindo os destinados aos países mais pobres.**

Para os países que apresentam um défice de financiamento externo, **poderá ser necessário procurar a assistência do Fundo Monetário Internacional (FMI).** Com efeito, ao longo das últimas quatro décadas, o FMI revelou-se uma importante fonte de apoio da África Subsariana. Tem havido, desde 2020, um aumento acentuado da procura de assistência financeira em toda a região, tendo o FMI desembolsado 34 mil milhões de dólares em financiamento, muito do qual em condições concessionais. As dotações de direitos de saque especiais (DSE) de 2021 proporcionaram uma contribuição adicional de 23 mil milhões de dólares, elevando o **apoio total para aproximadamente 58 mil milhões**, incluindo 800 milhões do Fundo Fiduciário para Alívio e Contenção de Catástrofes. Atualmente, mais de metade dos países da África Subsariana (27 dos 45) beneficiam de acordos de financiamento com o FMI, tendo sido desembolsados cerca de 6 mil milhões de dólares só em 2023.

O FMI está a dar maior ênfase ao **crescimento inclusivo**, nomeadamente ao ajudar os países a aumentar as suas despesas sociais. Nos últimos anos, quase todos os novos programas do FMI na África Subsariana incluíram metas para despesas sociais, com uma mediana que deverá situar-se em 2% do PIB ao longo do período de 2022-2023. **A atenção dedicada às questões climáticas também aumentou.** Desde dezembro de 2022, nove países da África Subsariana (Benim, Cabo Verde, Côte d'Ivoire, Camarões, Quênia, Níger, Ruanda, Senegal e Seicheles) asseguraram acordos ao abrigo da nova Facilidade de Resiliência e Sustentabilidade. O FMI desempenha, além disso, um papel crucial no **desenvolvimento de capacidades**, prestando assistência técnica e formação. Há que destacar que a África Subsariana beneficiou de quase 40% das atividades de desenvolvimento de capacidades prestadas pelo FMI em 2023. A futura **Iniciativa de Mobilização de Recursos Internos**, que visa ajudar a combater as dificuldades de financiamento e ajudar os países membros a assegurar recursos para investimentos no desenvolvimento, deverá revelar-se particularmente valiosa para a região.

Figura 14. Países de baixo rendimento da África Subsariana: necessidades brutas de financiamento externo, 2020-2028

(Em mil milhões de USD)



Fontes: FMI, base de dados do *World Economic Outlook*; e cálculos do corpo técnico do FMI.

Nota: as necessidades brutas de financiamento externo agregadas para os países de baixo rendimento correspondem à soma de todas as necessidades brutas de financiamento externo positivas dentro do grupo.

Por fim, alcançaram-se **três marcos fulcrais** que destacam os esforços concertados do FMI para dar resposta à evolução das necessidades da região. O primeiro é o **aumento de 50% das quotas dos países membros do FMI**, na sequência da conclusão da Décima Sexta Revisão Geral das Quotas, uma decisão que foi acompanhada por um compromisso coletivo que visa explorar possíveis estratégias de realinhamento das quotas até junho de 2025. O segundo acontecimento importante foi o reforço da voz da África Subsariana no FMI, através da **adição de um 25.º assento no Conselho de Administração**, o que permite acrescentar um terceiro representante dos países africanos. Esta decisão reforçou a importância de assegurar uma diversidade de vozes e de pontos de vista nos níveis mais elevados da tomada de decisões. Estes avanços ilustram os esforços envidados pela comunidade internacional para aumentar a influência da África no palco económico mundial, esforço esse que foi destacado pelo facto de a União Africana se tornar membro permanente do G20, um grupo cuja presidência será assumida pela África do Sul em 2025. O terceiro marco foi a **consecução dos objetivos da primeira etapa de angariação de fundos para o Fundo Fiduciário para a Redução da Pobreza e o Crescimento (PRGT), o instrumento de empréstimos concessionais do FMI**. Até março de 2024, foram angariados, no total, 19,5 mil milhões de dólares para os recursos de empréstimo do PRGT, juntamente com 3,1 mil milhões para os recursos do PRGT disponíveis para subsídios. No decorrer deste ano, o FMI reexaminará todas as facilidades e financiamentos ao abrigo do PRGT, a fim de reforçar o financiamento concessional deste instrumento para os países de baixo rendimento, muitos dos quais se situam na África Subsariana. No contexto de uma economia mundial volátil, o objetivo desse reexame é encontrar um equilíbrio que permita assegurar um apoio financeiro adequado aos países de baixo rendimento e restabelecer a sustentabilidade financeira a longo prazo do PRGT.

Referências

- Andrle, Michal, Patrick Blagrove, Pedro Espaillat, Keiko Honjo, Benjamin Hunt, Mika Kortelainen, René Lalonde, Douglas Laxton, Eleonara Mavroeidi, Dirk Muir, e Sussana Mursula. 2015. "[The Flexible System of Global Models-FSGM](#)." Documento de trabalho 2015/64, Fundo Monetário Internacional, Washington, DC.
- Caldara, Dario, e Matteo Iacoviello. 2022. "[Measuring Geopolitical Risk](#)." *American Economic Review* 112, no. 4: 1194-1225.
- Ebeke, Christian, e Dilan Ölcer. 2013 "[Fiscal Policy over the Election Cycle in Low-Income Countries](#)." Documento de trabalho 2013/153, Fundo Monetário Internacional, Washington, DC.
- El-Ganainy, Asmaa A., Shushanik Hakobyan, Fei Liu, Hans Weisfeld, Céline Allard, Hippolyte W. Balima, Celine Bteish, Rahul Giri, Daniel S. Kanda, Sergii Meleshchuk, e Gustavo Ramirez. 2023 "[Trade Integration in Africa: Unleashing the Continent's Potential in a Changing World](#)." Documento departamental 2023/3, Fundo Monetário Internacional, Washington, DC.
- Fofack, Hippolyte. 2021. "[The Ruinous Price for Africa of Pernicious 'Perception Premiums'](#)." AGI, Relatório da Brookings Institution, outubro.
- Gaspar, Vitor, Sanjeev Gupta, e Carlos Mulas-Granados. 2017. "[Fiscal politics](#)." Fundo Monetário Internacional, Washington, DC.
- Gbohoui, William, Rasmané Ouedraogo, e Y. Modeste Some. 2023. "[Sub-Saharan Africa's Risk Perception Premium: In the Search of Missing Factors](#)." Documento de trabalho 2023/130, Fundo Monetário Internacional, Washington, DC.
- Griffith-Jones, Stephany, e Moritz Kraemer. 2021. "[Credit rating agencies and developing economies](#)." Documento de trabalho n.º 175 do DESA, Nações Unidas.
- Fundo Monetário Internacional. 2024. "[Macroeconomic Developments and Prospects for Low-Income Countries](#)." IMF Policy Paper 2024/011, Washington, DC.
- Presbitero, Andrea, Dhaneshwar Ghura, Olumuyiwa S. Adedeji, e Lamin Njie. 2016. "[Sovereign bonds in developing countries: Drivers of issuance and spreads](#)." *Review of Development Finance* 6, no. 1: 1-15.

Apêndice estatístico

Salvo indicação em contrário, os dados e as projeções utilizados neste relatório sobre as *Perspetivas Económicas Regionais* têm como base as estimativas do corpo técnico do FMI até 29 de março de 2024 e correspondem às projeções subjacentes à edição de abril de 2024 do *World Economic Outlook* (WEO).

Os dados e as projeções abrangem 45 países da África Subsariana servidos pelo Departamento de África do FMI. As definições dos dados seguem, na medida do possível, as metodologias estatísticas internacionalmente reconhecidas. Nalguns casos, porém, a ausência de dados limita as comparações internacionais.

Grupos de países

- Os países são agregados em três grupos (sem sobreposição): países exportadores de petróleo, outros países ricos em recursos naturais e países pobres em recursos naturais (ver na página vi o quadro com os grupos de países).
- Os países exportadores de petróleo são os países cujas exportações líquidas de petróleo representam no mínimo 30% das exportações totais.
- Os outros países ricos em recursos naturais são aqueles em que os recursos naturais não renováveis representam no mínimo 25% das exportações totais.
- Os países pobres em recursos naturais são aqueles que não pertencem nem ao grupo dos países exportadores de petróleo nem ao grupo de outros países ricos em recursos naturais.
- Os países são também agregados em quatro grupos (com alguma sobreposição): países exportadores de petróleo, países de rendimento médio, países de baixo rendimento e países frágeis e afetados por conflitos (ver na página vi o quadro com os grupos de países).
- A composição desses grupos reflete os dados mais recentes sobre o rendimento nacional bruto *per capita* (média sobre três anos) e a classificação dos países frágeis e afetados por conflitos publicada pelo Banco Mundial.
- Os países de rendimento médio são aqueles com rendimento nacional bruto *per capita* superior a 1 135 dólares no período 2020-2022 (Banco Mundial, utilizando o método Atlas).
- Os países de baixo rendimento são aqueles com rendimento nacional bruto *per capita* igual ou inferior a 1 085 dólares no período 2020-2022 (Banco Mundial, método Atlas).
- Os países frágeis e afetados por conflitos são classificados com base na lista publicada pelo Banco Mundial para o exercício de 2024.
- O quadro na página vi mostra os países da África Subsariana que participam nos grandes órgãos de cooperação regionais, designadamente: a zona do franco CFA, que compreende a União Económica e Monetária da África Ocidental (UEMOA) e a Comunidade Económica e Monetária da África Central (CEMAC); o Mercado Comum da África Oriental e Austral (COMESA); a Comunidade da África Oriental (CAO-5); a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO); a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC); e a União Aduaneira da África Austral (SACU). Os dados agregados da CAO-5 incluem o Ruanda e o Burundi, que passaram a integrar o grupo em 2007.

Métodos de agregação

Nos quadros AS1 e AS3, as cifras compósitas dos grupos de países relativamente ao crescimento do PIB real e à moeda em sentido lato são calculadas como a média aritmética dos dados de cada país, ponderada pelo PIB avaliado pela paridade do poder de compra (PPC) e expressa em percentagem do PIB total do grupo de países. As ponderações da PPC são extraídas da base de dados do *World Economic Outlook* (WEO).

No quadro AS1, as cifras compósitas dos grupos de países relativamente aos preços no consumidor são calculadas como a média geométrica dos dados de cada país, ponderada pelo PIB avaliado pela PPC e expressa em percentagem do PIB total do grupo de países. As ponderações da PPC são extraídas da base de dados do WEO.

Nos quadros AS2-AS4, as cifras compósitas dos grupos de países, à exceção da moeda em sentido lato, são calculadas como a média aritmética dos dados de cada país, ponderada pelo PIB em dólares dos Estados Unidos às taxas de câmbio de mercado, e expressa em percentagem do PIB total do grupo de países.

Lista de fontes e notas de rodapé dos quadros AS1-AS4 do apêndice estatístico

Quadros AS1-AS3

Fontes: FMI, base de dados comum de supervisão; e FMI, base de dados do *World Economic Outlook*, abril de 2024.

¹ Os dados e as projeções para 2020-2029 foram excluídos da base de dados devido a restrições na comunicação de dados.

² Em 2019, as autoridades do Zimbabué introduziram o dólar RTGS (sistema de liquidação por bruto em tempo real), posteriormente rebatizado de dólar do Zimbabué, e estão em vias de redenominar as estatísticas das suas contas nacionais. Os dados atuais estão sujeitos a revisão. O dólar do Zimbabué havia deixado de circular em 2009 e, entre 2009 e 2019, o país operava no âmbito de um regime de moedas múltiplas, tendo como unidade de conta o dólar dos Estados Unidos.

Nota: “...” indica que os dados não estão disponíveis.

Quadro AS2

Fontes: FMI, base de dados comum de supervisão; e FMI, base de dados do *World Economic Outlook*, abril de 2024.

¹ Os dados e as projeções para 2020-2029 foram excluídos da base de dados devido a restrições na comunicação de dados.

² Para a Zâmbia, as projeções da dívida pública para 2024-2025 são omitidas devido à reestruturação em curso da dívida.

³ Em 2019, as autoridades do Zimbabué introduziram o dólar RTGS (sistema de liquidação por bruto em tempo real), posteriormente rebatizado de dólar do Zimbabué, e estão em vias de redenominar as estatísticas das suas contas nacionais. Os dados atuais estão sujeitos a revisão. O dólar do Zimbabué havia deixado de circular em 2009 e, entre 2009 e 2019, o país operava no âmbito de um regime de moedas múltiplas, tendo como unidade de conta o dólar dos Estados Unidos.

Nota: “...” indica que os dados não estão disponíveis.

Quadro AS4

Fontes: FMI, base de dados comum de supervisão; e FMI, base de dados do *World Economic Outlook*, abril de 2024.

¹ Enquanto membro da União Económica e Monetária da África Ocidental (UEMOA), os dados sobre as reservas figuram como dados agregados da UEMOA.

² Enquanto membro da Comunidade Económica e Monetária da África Central (CEMAC), os dados sobre as reservas figuram como dados agregados da CEMAC.

³ Os dados e as projeções para 2020–2029 foram excluídos da base de dados devido a restrições na comunicação de dados

⁴ As reservas oficiais incluem ativos externos detidos pelo Fundo Petrolífero e de Estabilização do Gana e excluem ativos onerados.

⁵ Para a Zâmbia, as projeções da dívida pública para 2024–2025 são omitidas devido à reestruturação em curso da dívida.

⁶ Em 2019, as autoridades do Zimbabué introduziram o dólar RTGS (sistema de liquidação por bruto em tempo real), posteriormente rebatizado de dólar do Zimbabué, e estão em vias de redenominar as estatísticas das suas contas nacionais. Os dados atuais estão sujeitos a revisão. O dólar do Zimbabué havia deixado de circular em 2009 e, entre 2009 e 2019, o país operava no âmbito de um regime de moedas múltiplas, tendo como unidade de conta o dólar dos Estados Unidos.

Nota: “...” indica que os dados não estão disponíveis.

Quadro AS1. Crescimento do PIB real e preços no consumidor

	PIB Real							Preços no consumidor, média anual						
	(variação percentual anual)							(variação percentual anual)						
	2011-19	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2011-19	2020	2021	2022	2023	2024	2025
África do Sul	1,6	-6,0	4,7	1,9	0,6	0,9	1,2	5,3	3,3	4,6	6,9	5,9	4,9	4,5
Angola	2,0	-5,6	1,2	3,0	0,5	2,6	3,1	16,3	22,3	25,8	21,4	13,6	22,0	12,8
Benim	5,1	3,8	7,2	6,3	5,8	6,0	6,0	1,2	3,0	1,7	1,4	2,8	3,0	2,0
Botsuana	4,1	-8,7	11,9	5,8	3,2	3,6	4,6	4,6	1,9	6,7	12,2	5,1	4,0	4,5
Burkina Faso	5,7	1,9	6,9	1,8	3,6	5,5	5,8	1,0	1,9	3,9	13,8	0,9	2,1	2,0
Burundi	1,9	0,3	3,1	1,8	2,7	4,3	5,4	7,1	7,3	8,3	18,9	27,0	22,0	20,0
Cabo Verde	3,0	-20,8	5,6	17,1	4,8	4,7	4,7	1,1	0,6	1,9	7,9	3,1	2,0	2,0
Camarões	4,4	0,5	3,6	3,6	4,0	4,3	4,5	1,9	2,5	2,3	6,3	7,2	5,9	5,5
Chade	2,8	-2,1	-0,9	3,1	4,4	2,9	3,7	1,9	5,3	-1,6	6,9	2,7	3,1	3,1
Comores	3,1	-0,2	2,0	2,6	3,0	3,5	4,0	1,8	0,8	-0,0	12,4	8,5	2,0	2,2
Côte d'Ivoire	6,6	0,7	7,1	6,9	6,2	6,5	6,4	1,5	2,4	4,2	5,2	4,4	3,8	3,0
Eritreia ¹	4,6	2,6
Essuatíni	2,5	-1,6	10,7	0,5	5,1	3,7	3,3	5,9	3,9	3,7	4,8	4,9	3,9	3,1
Etiópia	9,5	6,1	6,3	6,4	7,2	6,2	6,5	14,4	20,4	26,8	33,9	30,2	25,6	18,2
Gabão	3,7	-1,8	1,5	3,0	2,3	2,9	2,7	2,3	1,7	1,1	4,3	3,6	2,1	2,2
Gâmbia	2,5	0,6	5,3	4,9	5,6	6,2	5,8	6,3	5,9	7,4	11,5	17,0	15,1	10,5
Gana	6,5	0,5	5,1	3,1	2,3	2,8	4,4	11,8	9,9	10,0	31,7	37,5	22,3	11,5
Guiné	6,2	4,7	5,6	4,0	5,7	4,1	5,6	11,4	10,6	12,6	10,5	7,8	11,0	10,2
Guiné-Bissau	3,9	1,5	6,4	4,2	4,2	5,0	5,0	1,3	1,5	3,3	7,9	7,2	3,0	2,0
Guiné Equatorial	-2,7	-4,8	-0,4	3,2	-5,9	0,5	-4,6	2,5	4,8	-0,1	4,9	2,5	4,4	1,8
Lesoto	1,3	-5,3	1,7	1,6	1,9	2,4	2,5	5,1	5,0	6,0	8,3	6,3	6,4	5,4
Libéria	2,8	-3,0	5,0	4,8	4,6	5,3	6,2	12,5	17,0	7,8	7,6	10,1	6,3	5,1
Madagáscar	3,2	-7,1	5,7	4,0	3,8	4,5	4,6	7,0	4,2	5,8	8,2	9,9	7,8	7,3
Maláui	4,1	0,9	4,6	0,8	1,6	3,3	3,8	17,2	8,6	9,3	20,8	30,3	27,9	14,7
Mali	4,3	-1,2	3,1	3,5	4,5	4,0	4,5	1,1	0,5	3,8	9,7	2,1	1,0	2,0
Maurícia	3,7	-14,5	3,4	8,9	6,9	4,9	3,7	3,0	2,5	4,0	10,8	7,0	4,9	3,6
Moçambique	5,5	-1,2	2,4	4,4	6,0	5,0	5,0	7,0	3,1	5,7	9,8	6,1	4,4	5,5
Namíbia	2,8	-8,1	3,5	4,6	3,2	2,6	2,6	5,2	2,2	3,6	6,1	5,9	4,8	4,8
Níger	5,9	3,5	1,4	11,9	1,4	10,4	6,1	0,7	2,9	3,8	4,2	3,7	6,4	4,6
Nigéria	3,0	-1,8	3,6	3,3	2,9	3,3	3,0	11,6	13,2	17,0	18,8	24,7	26,3	23,0
Quênia	4,7	-0,3	7,6	4,8	5,5	5,0	5,3	7,4	5,3	6,1	7,6	7,7	6,6	5,5
República Centro-Africana	-0,7	1,0	1,0	0,5	0,7	1,3	1,7	4,9	0,9	4,3	5,6	3,2	4,7	4,6
República Democrática do Congo	5,9	1,7	6,0	8,8	6,1	4,7	5,7	10,2	11,4	9,0	9,3	19,9	17,2	8,5
República do Congo	0,3	-6,3	1,1	1,7	4,0	4,4	3,2	2,3	1,4	2,0	3,0	4,5	3,6	3,0
Ruanda	7,1	-3,4	10,9	8,2	6,9	6,9	7,0	3,9	7,7	0,8	13,9	14,0	5,8	5,0
São Tomé e Príncipe	3,6	2,6	1,9	0,1	-0,3	2,9	4,1	8,1	9,8	8,1	18,0	21,2	14,2	7,8
Seicheles	6,6	-11,7	0,6	15,0	3,7	3,2	3,8	3,0	1,2	9,8	2,6	-1,0	-0,2	2,6
Senegal	5,0	1,3	6,5	4,0	4,1	8,3	10,2	1,0	2,5	2,2	9,7	5,9	3,9	2,0
Serra Leoa	5,0	-2,0	4,1	3,5	3,4	4,0	4,5	10,0	13,4	11,9	27,2	47,7	39,1	21,7
Sudão do Sul	-5,3	-6,5	5,3	-5,2	-0,1	5,6	6,8	98,6	24,0	30,2	-3,2	40,2	54,8	21,7
Tanzânia	6,7	4,5	4,8	4,7	5,0	5,5	6,0	7,3	3,3	3,7	4,4	4,0	4,0	4,0
Togo	5,4	2,0	6,0	5,8	5,4	5,3	5,3	1,4	1,8	4,5	7,6	5,1	2,7	2,0
Uganda	5,3	-1,1	5,5	6,3	4,8	5,6	6,5	6,8	2,8	2,2	7,2	5,4	3,8	4,9
Zâmbia	4,3	-2,8	6,2	5,2	4,3	4,7	4,8	9,0	15,7	22,0	11,0	11,0	11,4	7,8
Zimbabué ²	4,6	-7,8	8,4	6,5	5,3	3,2	3,2	30,2	557,2	98,5	193,4	667,4	561,0	554,7
África Subsariana	3,8	-1,6	4,7	4,0	3,4	3,8	4,0	8,3	10,2	11,0	14,5	16,2	15,3	12,4
Mediana	4,4	-1,2	4,9	4,0	4,1	4,4	4,6	4,5	3,6	4,6	8,2	6,7	4,9	4,8
Excl. África do Sul e Nigéria	5,0	-0,1	5,2	5,0	4,5	4,9	5,3	8,0	11,2	10,7	15,2	16,0	14,1	10,6
Países ricos em recursos naturais	3,1	-2,5	4,1	3,4	2,5	3,0	3,2	8,8	11,0	11,5	14,7	17,5	17,2	14,2
Países exportadores de petróleo	2,7	-2,3	3,1	3,2	2,5	3,3	3,0	11,1	12,9	15,7	17,1	20,1	22,4	18,6
Excl. a Nigéria	2,1	-3,6	1,6	3,0	1,6	3,1	3,2	10,0	12,2	12,7	12,8	9,5	13,0	8,3
Outros países ricos em recursos naturais	3,4	-2,7	5,1	3,5	2,4	2,8	3,3	6,5	9,2	7,7	12,5	15,0	12,5	10,2
Excl. a África do Sul	5,6	0,4	5,5	5,0	4,1	4,5	5,1	8,1	15,4	10,9	18,1	24,2	19,8	15,4
Países pobres em recursos naturais	5,9	0,8	6,5	5,7	5,8	5,7	6,1	7,1	7,9	9,8	14,1	12,9	10,7	8,1
Países de rendimento médio	3,1	-2,9	4,5	3,4	2,6	3,2	3,3	8,2	8,5	10,5	13,1	14,3	14,0	11,4
Países de baixo rendimento	6,0	1,8	5,3	5,6	5,4	5,4	5,7	8,8	14,9	12,5	18,3	21,3	18,6	15,1
Países frágeis e afetados por conflitos	4,1	-0,2	4,2	4,2	4,0	4,2	4,1	10,2	15,6	16,3	20,3	25,6	25,1	21,2
Zona do franco CFA	4,4	0,3	4,5	4,8	4,2	5,5	5,4	1,6	2,5	2,7	6,5	4,2	3,7	3,1
CEMAC	2,5	-1,5	1,8	3,1	2,7	3,4	3,1	2,2	2,9	1,2	5,6	5,1	4,5	4,0
UEMOA	5,7	1,3	6,0	5,7	4,9	6,6	6,6	1,2	2,2	3,5	7,0	3,8	3,4	2,6
COMESA (membros da ASS)	5,9	0,4	6,5	5,9	5,7	5,3	5,6	9,4	17,3	14,7	19,6	23,9	20,6	16,4
CAO-5	5,5	0,9	6,5	5,2	5,3	5,4	5,9	7,1	4,4	4,4	7,1	6,8	5,5	5,1
CEDEAO	4,0	-0,7	4,4	3,9	3,4	4,1	4,1	9,3	10,2	12,7	16,9	20,1	19,4	15,8
SACU	1,7	-6,1	5,0	2,1	0,9	1,1	1,5	5,2	3,2	4,6	7,1	5,9	4,8	4,5
SADC	2,8	-4,2	4,6	3,4	2,2	2,6	3,0	7,7	10,8	9,6	11,7	13,3	13,0	10,7

Ver fontes na página 20.

Quadro AS2. Saldo orçamental global, incl. donativos e dívida pública

	Saldo orçamental global, incl. donativos (em % do PIB)							Dívida pública (em % do PIB)						
	2011-19	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2011-19	2020	2021	2022	2023	2024	2025
África do Sul	-4,0	-9,6	-5,5	-4,3	-6,0	-6,1	-6,3	44,9	68,9	68,8	71,1	73,9	75,4	77,9
Angola	-0,5	-1,9	3,8	0,7	-0,1	2,7	3,1	59,8	138,7	83,7	64,8	84,5	70,3	61,8
Benim	-2,4	-4,7	-5,7	-5,6	-4,5	-3,7	-2,9	30,1	46,1	50,3	54,2	54,2	53,4	52,4
Botsuana	-0,9	-10,9	-2,4	0,0	-0,6	-3,6	-0,7	17,6	18,7	18,7	17,8	19,4	17,9	16,8
Burkina Faso	-3,3	-5,2	-7,5	-10,7	-6,8	-5,7	-4,7	31,1	43,8	55,6	58,4	61,9	63,3	63,4
Burundi	-5,1	-6,3	-5,2	-10,6	-9,1	-5,9	-3,3	45,1	66,0	66,6	68,4	62,8	72,7	62,7
Cabo Verde	-5,0	-9,3	-7,7	-4,3	-0,3	-3,2	-2,1	102,1	148,1	153,1	127,5	115,4	112,2	108,0
Camarões	-3,5	-3,2	-3,0	-1,1	-0,7	-0,4	-0,4	27,6	44,9	46,8	45,3	41,9	39,2	36,5
Chade	-0,7	1,2	-1,4	4,2	-1,3	-1,0	-0,7	30,7	41,2	42,1	35,9	35,1	32,3	31,4
Comores	0,5	-0,5	-2,8	-4,0	-4,5	-3,4	-2,4	18,1	24,3	26,3	28,1	33,2	35,5	36,3
Côte d'Ivoire	-2,4	-5,4	-4,8	-6,6	-5,2	-4,0	-3,0	32,4	46,3	50,2	55,3	57,1	57,7	56,9
Eritreia ¹	-2,3	235,6
Essuatíni	-4,5	-4,5	-4,5	-3,8	-1,1	-0,9	-2,7	22,5	41,0	40,2	41,0	37,8	37,2	38,0
Etiópia	-2,3	-2,8	-2,8	-4,2	-2,5	-2,0	-2,5	49,2	53,7	53,8	47,1	38,0	30,5	28,6
Gabão	0,5	-2,2	-1,9	-0,7	-1,8	-4,2	-6,4	44,5	78,3	65,8	63,6	70,5	73,1	78,9
Gâmbia	-4,2	-2,4	-4,8	-4,9	-3,0	-2,6	-1,3	70,2	85,9	83,1	82,9	71,7	64,3	59,7
Gana	-6,6	-17,4	-12,0	-11,8	-4,6	-5,0	-4,3	49,6	72,3	79,2	93,3	86,1	83,6	80,9
Guiné	0,6	-3,1	-1,7	-0,8	-1,6	-3,0	-2,6	40,2	47,8	42,7	40,2	40,3	35,1	32,6
Guiné-Bissau	-2,9	-9,6	-5,9	-6,1	-7,6	-3,8	-3,0	55,0	77,7	78,8	80,4	77,8	76,5	74,0
Guiné Equatorial	-5,0	-1,8	2,6	13,6	1,7	3,3	0,6	25,2	49,4	42,1	34,6	42,4	37,7	36,8
Lesoto	-3,1	-0,0	-5,4	-5,2	3,1	2,8	-2,2	43,7	54,7	58,4	62,9	63,6	63,2	62,3
Libéria	-3,9	-4,0	-2,5	-5,3	-6,4	-5,0	-5,0	28,7	58,7	53,3	53,9	55,7	56,5	57,7
Madagáscar	-2,1	-4,0	-2,8	-5,5	-4,9	-3,8	-4,6	38,1	51,9	51,8	53,4	56,6	56,1	55,6
Maláui	-3,8	-8,2	-8,6	-9,4	-7,6	-6,6	-7,5	35,5	54,8	61,5	75,8	81,3	74,9	74,6
Mali	-2,7	-5,4	-4,8	-4,9	-4,8	-4,2	-3,6	31,5	46,9	50,3	52,9	53,0	55,1	55,7
Maurícia	-3,3	-10,5	-4,1	-3,1	-3,3	-3,7	-3,0	62,2	94,7	88,8	84,2	81,1	81,0	80,8
Moçambique	-4,2	-4,6	-3,9	-5,2	-2,7	-3,3	-1,2	78,0	120,0	104,3	99,3	91,9	96,9	94,7
Namíbia	-6,1	-8,1	-8,7	-6,0	-3,7	-2,1	-3,3	38,2	64,3	70,4	70,5	67,2	65,4	64,2
Níger	-3,7	-4,8	-5,9	-6,8	-5,5	-4,1	-3,0	27,8	45,0	51,3	50,7	51,8	48,9	47,4
Nigéria	-3,1	-5,6	-5,5	-5,4	-4,2	-4,6	-4,2	21,7	34,5	35,7	39,4	46,3	46,6	46,8
Quênia	-6,2	-8,1	-7,2	-6,1	-5,3	-4,0	-3,2	46,7	68,0	68,2	68,4	73,3	73,0	70,3
República Centro-Africana	-0,9	-3,4	-6,0	-5,3	-3,5	-3,1	-1,9	47,5	44,4	48,5	54,2	55,7	55,6	54,4
República Democrática do Congo	0,5	-3,2	-1,8	-0,5	-2,2	-1,6	-1,2	18,0	16,2	15,7	14,3	14,3	11,1	8,9
República do Congo	-2,1	-1,1	1,6	8,9	3,6	4,9	3,6	59,7	102,5	97,8	92,5	100,8	94,6	89,4
Ruanda	-2,6	-9,5	-7,0	-5,7	-5,5	-7,0	-3,4	33,0	65,6	66,7	61,1	62,1	69,9	71,7
São Tomé e Príncipe	-5,2	2,9	-1,5	-2,2	0,9	0,9	1,5	78,4	70,8	62,4	58,1	49,5	42,6	37,4
Seicheles	1,5	-14,8	-5,6	-0,8	-1,5	-1,4	-0,4	65,0	77,4	71,2	58,9	56,7	58,3	57,2
Senegal	-3,9	-6,4	-6,3	-6,6	-4,9	-3,9	-3,1	47,2	69,2	73,3	76,0	79,6	72,5	67,6
Serra Leoa	-5,1	-5,8	-7,3	-10,3	-7,3	-3,0	-3,6	51,5	76,3	79,4	94,1	80,0	69,7	67,8
Sudão do Sul	-5,7	-5,5	-9,3	4,2	8,0	4,1	3,8	53,0	49,3	52,2	39,9	54,1	48,3	42,1
Tanzânia	-2,7	-2,6	-3,5	-3,9	-3,5	-2,7	-2,6	36,7	41,3	43,4	44,9	46,3	46,1	44,4
Togo	-3,8	-7,0	-4,7	-8,3	-6,6	-6,0	-3,0	48,3	62,2	64,9	66,5	67,2	68,3	66,5
Uganda	-3,0	-7,8	-7,5	-6,3	-5,0	-4,1	-3,6	27,8	46,3	50,4	49,9	49,9	49,7	48,6
Zâmbia ²	-6,3	-13,8	-8,1	-7,8	-6,8	-6,1	-5,4	50,9	140,0	111,0	99,5	115,2
Zimbabué ³	-3,3	0,8	-2,2	-6,0	-7,8	-9,9	-9,8	51,5	84,5	58,6	100,6	90,2	98,5	86,8
África Subsariana	-3,3	-6,5	-4,9	-4,4	-4,1	-3,7	-3,4	37,6	57,0	56,2	57,2	60,1	58,5	56,8
Mediana	-3,1	-5,0	-4,8	-5,2	-4,0	-3,7	-3,0	40,6	56,7	58,5	58,6	59,5	58,3	57,7
Excl. África do Sul e Nigéria	-3,0	-5,7	-4,4	-4,1	-3,4	-2,8	-2,5	42,5	63,2	59,8	59,7	60,0	55,8	52,7
Países ricos em recursos naturais	-3,2	-6,7	-4,7	-4,0	-4,0	-3,9	-3,7	36,1	55,9	54,5	56,1	60,8	60,6	59,3
Países exportadores de petróleo	-2,6	-4,6	-3,7	-3,0	-2,6	-1,9	-1,7	30,1	48,4	44,9	45,8	53,9	52,4	50,5
Excl. a Nigéria	-1,7	-2,0	0,5	1,7	0,1	1,2	1,0	47,7	87,2	66,6	58,4	67,4	59,2	54,5
Outros países ricos em recursos naturais	-3,8	-8,4	-5,6	-4,9	-5,0	-5,0	-4,8	42,4	62,4	62,1	65,4	65,9	65,3	64,3
Excl. a África do Sul	-3,5	-7,2	-5,6	-5,5	-4,2	-4,1	-3,5	38,8	55,7	54,7	59,4	58,5	56,5	52,9
Países pobres em recursos naturais	-3,6	-6,0	-5,4	-5,7	-4,2	-3,4	-2,9	43,5	60,3	61,3	60,6	58,3	54,2	51,9
Países de rendimento médio	-3,5	-7,4	-5,2	-4,5	-4,3	-4,0	-3,7	37,1	59,0	58,1	59,3	65,2	65,6	64,9
Países de baixo rendimento	-2,5	-3,7	-3,9	-4,2	-3,7	-3,2	-2,9	39,2	51,3	50,5	51,2	48,4	45,1	42,4
Países frágeis e afetados por conflitos	-2,8	-4,4	-4,4	-4,3	-3,4	-3,1	-2,9	28,7	42,6	42,8	44,9	46,9	44,4	42,1
Zona do franco CFA	-2,7	-4,2	-4,0	-3,3	-3,5	-2,8	-2,4	34,6	53,0	55,3	56,4	58,1	56,8	55,5
CEMAC	-2,4	-2,0	-1,4	2,5	-0,3	-0,2	-0,9	35,2	57,2	55,3	52,5	53,8	51,3	49,8
UEMOA	-3,0	-5,5	-5,5	-6,8	-5,3	-4,2	-3,2	34,7	50,5	55,3	58,8	60,6	59,9	58,6
COMESA (membros da ASS)	-3,4	-5,6	-4,8	-4,9	-4,2	-3,5	-3,3	42,4	60,6	57,7	58,1	55,6	50,8	47,3
CAO-5	-4,4	-6,5	-6,2	-5,6	-4,7	-3,8	-3,1	39,3	56,2	57,7	57,6	59,5	59,4	57,3
CEDEAO	-3,3	-6,7	-6,1	-6,3	-4,5	-4,4	-3,7	27,6	43,2	46,2	49,9	55,2	56,4	55,7
SACU	-4,0	-9,5	-5,5	-4,1	-5,5	-5,8	-5,9	43,5	66,3	66,4	68,3	70,6	71,6	73,6
SADC	-3,2	-7,1	-4,0	-3,4	-4,4	-4,1	-4,0	45,1	70,4	63,9	64,4	68,0	66,3	64,7

Ver fontes na página 20.

Quadro AS3. Moeda em sentido lato e conta corrente externa, incl. donativos

	Moeda em sentido lato (em % do PIB)							Conta corrente externa, incl. donativos (em % do PIB)						
	2011-19	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2011-19	2020	2021	2022	2023	2024	2025
África do Sul	66,4	74,0	70,1	71,1	72,1	74,3	75,6	-3,5	1,9	3,7	-0,5	-1,6	-1,8	-1,9
Angola	34,6	38,4	24,4	20,0	21,6	20,1	20,0	3,0	1,5	11,2	9,6	3,1	4,9	4,6
Benim	28,1	30,5	32,7	33,4	30,7	30,7	30,7	-4,9	-1,7	-4,2	-6,0	-5,6	-5,0	-4,6
Botsuana	44,7	52,5	45,4	40,0	40,7	42,1	42,0	2,0	-10,3	-1,3	3,0	-0,4	-1,2	2,5
Burkina Faso	32,4	44,1	48,6	46,1	42,5	43,5	44,7	-5,1	4,2	0,4	-7,2	-7,9	-5,7	-4,1
Burundi	27,0	46,3	50,6	56,6	55,7	54,7	53,5	-14,1	-9,7	-11,6	-16,2	-13,3	-17,3	-15,3
Cabo Verde	85,5	116,9	114,3	95,9	95,5	96,2	95,4	-6,3	-15,3	-12,2	-3,4	-5,3	-6,1	-6,3
Camarões	21,7	26,6	29,1	29,4	29,9	30,1	29,8	-3,3	-3,7	-4,0	-3,4	-2,8	-2,8	-2,8
Chade	11,0	15,3	17,1	18,8	20,6	22,4	23,5	-3,8	-2,8	-1,9	5,4	-2,5	-2,3	-3,0
Comores	25,1	31,2	37,1	37,1	38,2	38,9	38,7	-3,1	-1,8	-0,3	-0,5	-6,0	-5,8	-5,3
Côte d'Ivoire	10,9	13,5	14,9	14,1	11,4	11,7	11,6	-0,3	-3,1	-3,9	-7,7	-6,0	-3,8	-2,6
Eritreia ¹	207,6	14,9
Essuatíni	26,8	32,3	29,7	28,1	27,9	27,5	27,5	6,0	7,1	2,6	-2,7	2,2	2,1	1,1
Etiópia	29,2	30,8	31,1	27,9	24,9	22,5	23,3	-7,1	-4,6	-3,2	-4,3	-2,9	-2,6	-1,7
Gabão	23,7	27,9	23,1	22,8	26,4	26,4	26,4	5,2	-0,5	3,3	10,4	4,2	4,0	3,0
Gâmbia	38,6	56,0	59,2	54,6	49,3	45,5	43,8	-7,6	-3,0	-4,2	-4,2	-4,1	-4,4	-3,1
Gana	24,1	30,8	29,4	29,5	29,4	27,9	28,2	-5,6	-2,5	-2,7	-2,1	-1,7	-1,9	-2,2
Guiné	24,2	27,8	25,5	29,1	25,7	26,3	24,7	-16,3	-16,2	-2,5	-8,6	-8,7	-10,6	-10,0
Guiné-Bissau	38,5	45,6	50,5	46,7	46,1	45,2	44,4	-2,4	-2,6	-0,8	-9,6	-9,4	-5,6	-4,6
Guiné Equatorial	13,2	17,5	14,7	16,4	19,7	19,2	19,3	-8,4	-0,8	4,2	2,4	-1,3	-2,7	-2,7
Lesoto	35,6	41,1	39,1	38,7	40,1	38,4	37,4	-6,2	-1,8	-5,4	-9,6	-2,9	-1,1	-7,0
Libéria	20,2	25,5	24,6	25,0	26,8	27,0	27,2	-20,1	-16,4	-17,8	-19,0	-26,5	-24,8	-24,5
Madagascar	23,4	28,7	28,6	28,9	30,1	32,1	33,6	-2,7	-5,4	-4,9	-5,4	-4,5	-4,8	-4,7
Maláui	17,2	17,5	20,1	23,6	23,6	23,6	23,6	-10,2	-13,8	-14,1	-3,2	-6,9	-7,1	-9,4
Mali	26,9	31,3	39,5	41,1	37,8	37,8	37,8	-5,2	-2,2	-7,4	-8,0	-9,0	-5,1	-4,4
Maurícia	104,3	156,7	159,9	140,9	132,9	132,2	135,5	-5,8	-8,8	-13,0	-11,5	-5,9	-5,3	-4,8
Moçambique	44,7	59,0	56,2	55,0	50,9	51,3	51,2	-30,9	-27,4	-22,6	-34,7	-11,0	-38,7	-42,9
Namíbia	58,3	71,5	70,6	63,0	63,2	63,7	63,8	-8,1	3,0	-11,2	-13,1	-10,9	-7,2	-6,6
Níger	17,5	19,2	20,1	19,4	18,4	18,5	18,8	-12,6	-13,2	-14,1	-16,2	-12,8	-5,1	-4,3
Nigéria	24,3	25,2	25,2	25,8	33,6	30,0	30,5	1,2	-3,7	-0,7	0,2	0,3	0,6	-0,1
Quênia	36,8	37,2	35,2	33,9	34,0	34,0	34,0	-6,9	-4,7	-5,2	-5,2	-3,9	-4,3	-4,2
República Centro-Africana	24,0	30,3	33,3	31,9	31,9	31,0	30,7	-7,1	-8,2	-11,1	-12,7	-9,0	-7,7	-6,7
República Democrática do Congo	11,5	19,9	21,6	19,5	21,3	21,8	22,2	-4,4	-2,1	-1,0	-5,0	-5,4	-4,1	-3,2
República do Congo	26,6	32,7	30,8	27,5	31,8	34,3	34,7	-2,2	12,6	12,8	18,5	3,2	2,5	-0,1
Ruanda	22,4	29,0	29,9	29,2	29,2	27,4	28,6	-10,5	-12,1	-11,2	-9,8	-11,7	-12,1	-9,8
São Tomé e Príncipe	41,1	32,5	29,5	28,1	25,4	23,4	23,4	-17,4	-11,2	-12,1	-13,1	-12,9	-9,2	-8,9
Seicheles	64,4	101,6	93,4	80,5	82,8	86,5	85,9	-15,3	-12,3	-10,1	-6,9	-7,3	-8,4	-8,5
Senegal	34,6	45,3	48,2	51,9	50,1	47,9	61,3	-7,2	-10,9	-12,1	-19,9	-15,1	-8,9	-4,8
Serra Leoa	22,2	29,5	32,4	35,5	32,5	26,4	25,0	-23,0	-7,9	-9,5	-11,0	-4,0	-2,8	-3,7
Sudão do Sul	22,3	23,2	17,6	14,4	14,9	13,1	13,0	4,5	-18,9	-9,4	9,7	1,7	3,9	5,7
Tanzânia	22,3	21,7	22,0	22,8	23,4	23,5	23,7	-7,1	-2,5	-3,8	-5,6	-5,3	-4,2	-3,6
Togo	37,2	46,6	48,1	50,4	50,4	51,0	51,5	-4,9	-0,3	-2,2	-4,2	-3,4	-3,9	-3,6
Uganda	17,4	22,5	21,8	20,4	20,6	20,7	20,5	-5,6	-9,5	-9,3	-8,8	-7,7	-7,3	-7,6
Zâmbia	21,7	31,2	24,3	27,1	29,4	29,4	29,7	0,3	10,6	9,7	3,7	-1,8	3,7	5,2
Zimbabué ²	23,9	14,8	14,9	18,8	15,9	15,8	15,6	-7,9	2,5	1,0	1,0	0,4	0,2	1,0
África Subsariana	35,3	38,6	37,2	36,7	38,3	37,4	37,8	-2,7	-2,7	-1,0	-2,0	-2,8	-2,8	-2,6
Mediana	26,4	31,0	30,3	29,3	30,4	30,0	30,2	-5,3	-3,4	-4,1	-5,3	-5,3	-4,4	-4,2
Excl. África do Sul e Nigéria	28,2	32,7	31,4	30,3	29,8	29,3	29,8	-4,4	-3,9	-3,0	-3,5	-4,1	-3,7	-3,3
Países ricos em recursos naturais	36,8	40,0	38,1	38,1	41,0	40,0	40,3	-1,7	-1,4	0,8	-0,0	-1,6	-1,3	-1,3
Países exportadores de petróleo	25,1	27,0	25,0	24,8	30,9	28,3	28,6	1,0	-2,9	0,9	2,5	0,6	1,1	0,6
Excl. a Nigéria	26,9	31,2	24,5	22,5	24,3	23,9	23,9	0,6	-0,5	4,6	7,1	1,1	1,7	1,3
Outros países ricos em recursos naturais	48,3	52,3	50,2	50,3	50,3	50,8	51,1	-4,4	-0,1	0,7	-2,4	-3,3	-2,7	-2,4
Excl. a África do Sul	26,3	30,8	30,6	30,4	30,2	29,9	30,0	-5,8	-2,3	-2,5	-4,3	-4,8	-3,5	-2,7
Países pobres em recursos naturais	30,2	34,7	34,6	33,1	31,5	30,8	31,7	-6,9	-6,3	-6,4	-7,9	-5,6	-5,8	-5,2
Países de rendimento médio	38,4	42,1	39,9	39,6	42,3	41,2	41,9	-1,4	-1,7	0,4	-0,5	-1,6	-1,3	-1,3
Países de baixo rendimento	24,9	28,9	29,8	29,0	27,9	27,3	27,6	-7,8	-5,5	-5,0	-6,3	-5,4	-5,5	-5,0
Países frágeis e afetados por conflitos	25,2	27,7	28,3	28,0	31,8	29,5	29,9	-1,6	-3,7	-1,9	-2,0	-2,1	-2,8	-2,8
Zona do franco CFA	21,6	26,9	29,0	29,1	28,1	28,2	29,8	-3,3	-2,8	-3,5	-4,8	-5,6	-3,7	-3,0
CEMAC	19,6	24,6	25,0	25,2	27,1	27,7	27,8	-2,4	-0,9	0,5	3,7	-0,8	-1,0	-1,6
UEMOA	22,9	28,3	31,2	31,1	28,6	28,5	30,8	-4,3	-4,0	-5,8	-10,0	-8,4	-5,2	-3,7
COMESA (membros da ASS)	30,1	34,4	33,7	32,0	31,2	30,6	30,9	-5,7	-4,1	-3,8	-4,6	-4,1	-3,5	-2,9
CAO-5	27,4	29,5	28,7	28,1	28,4	28,3	28,3	-7,0	-5,3	-5,9	-6,4	-5,7	-5,5	-5,2
CEDEAO	24,2	26,9	27,4	27,9	32,0	29,5	30,4	-1,0	-4,0	-2,4	-2,8	-3,0	-2,7	-2,5
SACU	64,6	72,3	68,3	68,8	69,6	71,6	72,7	-3,4	1,5	3,0	-0,7	-1,8	-1,9	-1,8
SADC	49,9	55,1	51,0	50,3	50,8	51,5	51,9	-3,4	-0,2	1,8	-0,8	-2,3	-2,5	-2,5

Ver fontes na página 20.

Quadro AS4. Dívida externa, dívida oficial, por devedor e reservas

	Dívida externa, dívida oficial, por devedor							Reservas						
	(em % do PIB)							(em meses de importações de bens e serviços)						
	2011-19	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2011-19	2020	2021	2022	2023	2024	2025
África do Sul	15,0	23,4	18,6	18,8	21,0	21,9	22,6	5,8	6,4	5,5	6,2	5,7	5,2	4,8
Angola	33,6	91,2	69,2	43,2	54,6	52,9	46,5	9,3	9,5	6,5	7,3	7,7	7,7	7,7
Benim ¹	15,6	30,3	35,2	37,8	41,0	44,7	45,8	3,5
Botsuana	15,4	12,5	10,1	9,3	10,1	9,2	7,6	11,4	6,4	6,6	7,0	7,0	6,2	6,2
Burkina Faso ¹	21,0	23,1	24,5	26,1	26,1	25,9	25,6
Burundi	19,5	17,5	19,9	19,6	19,8	31,9	31,1	2,5	1,0	2,2	1,5	0,7	1,7	2,4
Cabo Verde	78,4	132,9	123,9	105,7	95,2	93,3	90,6	5,7	7,6	6,7	5,6	5,9	6,2	6,1
Camarões ²	18,4	32,5	30,3	30,9	28,9	28,8	27,6
Chade ²	18,2	20,7	17,9	16,5	14,9	13,1	14,6
Comores	17,1	23,5	25,4	27,3	32,6	34,8	35,5	7,1	7,9	8,6	6,6	6,4	6,9	6,5
Côte d'Ivoire ¹	19,6	33,5	30,3	35,1	36,0	37,7	36,7
Eritreia ³	62,2	2,8
Essuatíni	8,8	15,2	14,9	17,4	19,2	20,4	21,7	3,7	3,1	3,0	2,4	3,0	3,1	3,0
Etiópia	25,4	28,8	29,1	23,3	17,4	13,9	11,7	2,0	2,0	1,5	0,8	0,5	1,3	1,1
Gabão ²	29,8	49,0	36,1	34,6	34,4	30,0	28,5
Gâmbia	37,5	49,4	47,2	47,6	43,7	39,2	35,2	3,6	5,8	7,7	5,4	4,9	4,9	4,6
Gana ⁴	29,8	42,0	41,7	42,7	43,8	46,5	47,7	3,0	3,7	4,0	1,2	1,6	2,2	2,8
Guiné	23,2	27,2	24,5	21,9	19,7	18,1	18,3	2,2	1,9	2,6	3,2	2,5	2,2	2,3
Guiné-Bissau ¹	30,0	43,9	38,5	39,4	35,5	33,0	31,2
Guiné Equatorial ²	8,5	15,4	12,2	10,0	10,0	8,2	6,6
Lesoto	35,4	47,5	43,1	44,0	47,1	46,8	45,9	4,8	4,1	5,0	4,0	4,2	4,7	4,5
Libéria	18,4	41,1	37,2	35,3	35,1	35,3	36,4	2,1	2,2	3,9	2,9	2,0	1,9	1,9
Madagáscar	23,5	35,9	33,2	33,2	36,6	38,2	39,0	3,4	4,8	4,5	4,6	5,4	5,3	5,4
Maláui	19,4	31,8	30,9	32,0	27,9	31,8	31,9	2,5	0,8	0,5	0,5	1,8	2,9	3,9
Mali ¹	22,8	31,5	27,1	27,2	24,6	24,1	24,2
Maurícia	13,3	20,2	23,2	19,3	20,6	17,5	16,7	8,4	14,4	12,8	11,4	9,7	9,7	9,5
Moçambique	63,1	90,2	82,9	73,9	66,7	65,5	63,1	3,5	4,6	2,6	3,1	2,2	2,1	2,0
Namíbia	12,2	18,8	14,5	17,2	18,0	17,2	15,4	3,4	4,0	4,5	4,5	4,4	5,0	5,2
Níger ¹	18,4	33,0	31,5	32,9	32,0	29,1	28,7
Nigéria	3,7	8,0	9,1	9,4	11,6	18,0	19,6	6,1	6,5	6,3	6,0	5,4	5,8	6,1
Quênia	22,8	30,6	31,1	31,2	33,9	38,3	37,6	4,6	4,6	4,7	4,4	3,7	4,1	4,1
República Centro-Africana ²	29,3	37,3	33,7	36,1	34,6	33,1	31,9
República Democrática do Congo	17,8	15,5	16,3	14,9	16,6	16,8	15,8	0,9	0,4	1,1	1,7	2,0	2,2	2,3
República do Congo ²	24,4	29,2	23,3	24,5	24,6	22,3	21,4
Ruanda	28,0	54,8	53,5	47,0	51,0	60,2	65,2	3,9	5,3	4,6	3,6	3,8	3,9	4,2
São Tomé e Príncipe	84,3	65,1	59,5	57,8	50,6	46,5	44,4	3,7	4,4	3,7	2,3	1,0	1,9	2,6
Seicheles	34,4	35,3	38,6	28,1	28,0	32,2	34,0	3,6	3,7	3,7	3,2	3,2	3,4	3,6
Senegal ¹	32,9	48,9	45,9	47,0	43,2	39,4	36,2
Serra Leoa	31,6	48,3	48,3	47,6	51,4	43,8	44,4	3,2	4,5	5,6	3,7	2,7	2,6	2,5
Sudão do Sul	50,0	49,9	50,1	42,8	51,0	44,9	42,1	1,7	0,1	1,0	0,9	0,8	1,4	1,9
Tanzânia	26,0	29,4	29,6	29,2	29,4	30,6	28,8	4,8	5,3	4,0	3,7	3,9	3,9	3,9
Togo ¹	13,3	29,5	26,0	26,4	25,6	26,8	27,0
Uganda	16,6	30,0	29,5	26,7	26,5	27,3	26,9	4,6	4,3	4,7	3,1	3,0	3,6	4,0
Zâmbia ⁵	26,4	66,5	54,1	39,2	40,1	2,7	1,3	2,8	3,1	3,1	3,6	4,6
Zimbábue ⁶	31,6	26,6	19,7	22,6	22,0	20,4	19,9	0,5	0,1	1,1	0,7	0,1	0,2	0,4
África Subsariana	16,7	26,6	24,8	23,8	25,6	27,2	26,5	5,2	5,0	4,6	4,6	4,0	3,9	3,9
Mediana	22,7	31,6	30,6	31,1	30,7	31,8	31,1	3,6	4,4	4,2	3,4	3,2	3,6	4,0
Excl. África do Sul e Nigéria	24,7	36,6	34,0	31,6	31,5	30,6	28,9	4,3	3,8	3,6	3,4	3,0	3,2	3,2
Países ricos em recursos naturais	14,9	23,9	21,8	20,9	23,5	25,8	25,5	5,5	5,5	5,0	5,1	4,6	4,5	4,5
Países exportadores de petróleo	11,1	20,2	19,6	18,1	21,6	26,7	26,2	6,3	6,2	5,7	5,9	5,5	5,8	5,9
Excl. a Nigéria	27,0	54,0	44,3	35,6	39,2	36,8	33,5	6,6	5,5	4,4	5,8	5,7	5,8	5,7
Outros países ricos em recursos naturais	18,8	27,2	23,5	23,3	24,8	25,2	25,1	4,7	4,8	4,5	4,4	4,0	3,8	3,8
Excl. a África do Sul	24,1	31,1	29,0	28,0	28,4	28,1	27,1	3,3	3,2	3,3	2,5	2,4	2,5	2,8
Países pobres em recursos naturais	24,1	34,5	33,9	32,5	30,9	30,2	28,6	3,6	3,7	3,5	2,9	2,3	2,7	2,7
Países de rendimento médio	14,8	25,2	23,2	22,5	25,6	28,9	28,7	5,8	5,8	5,3	5,4	4,9	4,9	4,9
Países de baixo rendimento	24,7	30,7	29,4	27,4	25,5	24,0	22,7	2,8	2,8	2,7	2,1	1,9	2,1	2,2
Países frágeis e afetados por conflitos	11,3	17,4	17,6	16,9	18,2	20,2	19,7	4,8	4,8	4,5	4,2	3,4	3,2	3,2
Zona do franco CFA	20,6	33,0	30,1	31,7	31,3	31,0	30,2	4,6	4,7	4,4	4,2	3,5	3,4	3,4
CEMAC	19,9	31,3	26,8	26,6	25,6	24,1	23,3	4,3	3,4	3,3	4,2	4,0	4,2	3,8
UEMOA	21,4	34,0	32,1	34,9	34,6	34,8	34,0	4,9	5,4	5,2	4,1	3,3	3,5	3,8
COMESA (membros da ASS)	22,4	30,0	29,0	26,5	25,3	24,3	22,7	3,2	3,1	3,1	2,7	2,3	2,7	2,7
CAO-5	22,7	31,1	31,2	30,4	31,7	34,6	33,8	4,6	4,7	4,4	3,9	3,6	3,9	4,0
CEDEAO	10,3	18,8	19,5	19,6	22,9	28,7	29,4	5,1	5,3	5,2	4,5	3,7	3,6	3,8
SACU	14,9	22,9	18,2	18,4	20,5	21,2	21,7	5,9	6,2	5,4	6,1	5,7	5,2	4,9
SADC	20,6	32,4	27,0	25,4	27,7	27,8	26,8	5,7	5,6	4,8	5,3	5,0	4,8	4,7

Ver fontes na página 21.